

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GANZER, Avelino. Avelino Ganzer (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 48min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Avelino Ganzer
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Belém - PA - Brasil;

Data: 30/05/2006

Duração: 2h 48min

Arquivo digital - áudio: 6; Fita cassete: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Ação Libertadora Nacional; Associações rurais; Assuntos familiares; Assuntos pessoais; Atividade profissional; Central Única dos Trabalhadores; Cidadania; Conselho de Desenvolvimento Econômico; Formação profissional; Governo Emílio Médici (1969-1974); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Jader Barbalho; Luiz Inácio Lula da Silva; Militância política; Movimento camponês; Movimento dos Sem Terra (MST); Movimento operário; Partido dos Trabalhadores - PT; Política; Política sindical; Política social; Rodovia Transamazônica; Sindicatos de trabalhadores; Teologia da libertação; Trajetória política.

Sumário

Entrevista: 30/05/2006 Origens familiares; nascimento e primeiros estudos em Iraí, no Rio Grande do Sul; o curso de Contabilidade e a mudança para Porto Alegre; os trabalhos na financeira Crefiel e no Bamerindus; a mudança para a Transamazônica pelo sistema de “colonização” proposto durante o Governo Médici; as condições a que estavam submetidos os trabalhadores que se mudavam para a Amazônia neste processo de “colonização”; menção ao seu casamento; a construção da casa e as primeiras plantações; a organização da “colonização” e a criação da cidade de Rurópolis (PA), em 1973; a organização e desenvolvimento da “Linha Gaúcha”, a comunidade gaúcha na região; a importância do contato com um padre americano de linha mais progressista; a importância da Prelazia de Santarém para as comunidades da região; a participação nas atividades religiosas e de organização da comunidade; o contato com a Teologia da Libertação; a organização de uma oposição à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Santarém; a eleição da chapa do entrevistado para a diretoria do sindicato, em 1980, com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva na posse; menção ao líder sindical, Antonio Vieira, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) e sua importância na fundação da Corrente Sindical de Lavradores Unificados; a influência do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP) na criação e desenvolvimento da Corrente Sindical de Lavradores Unificados; as primeiras conversas acerca da necessidade da criação de um partido dos trabalhadores: a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e do Centro de Educação Popular Sedes Sapientiae (Cepis), neste processo; a atuação enquanto coordenador de um grupo de trabalho, na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), em Praia Grande, no ano de 1981 e no congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; comentários sobre as divergências entre a Conclat e a CUT; as divergências entre o grupo de Jader Barbalho e o do entrevistado, durante a criação do PT, em Belém; a crise dos sindicatos dos trabalhadores em decorrência de sua partidização; a diferença entre a atuação do entrevistado e a do seu irmão Valdir Ganzer; a necessidade de uma reestruturação dos sindicatos, tornando mais claras suas funções e posicionamentos, independentemente dos partidos políticos; a situação de Santarém e proximidades, atualmente: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, a situação econômica, a politização e a força do PT na região; a atuação do governo federal na região da Floresta

Amazônica – a maior presença a partir do Governo Lula e as necessidades ainda existentes; a atuação na Cooperativa Agroextrativista Familiar do Pará (Coopaexpa) e na Central de Cooperativas Nova Amafrutas; comentários sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST); a importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para buscar soluções e convergências na articulação entre governo e sociedade; a participação nas Caravanas da Cidadania e sua importância enquanto projeto nacional; a sub-representação das regiões norte e nordeste no Governo Federal; os princípios e bases éticas para a transformação do país.

Entrevista: 30/05/2006

Do interior do Rio Grande do Sul à Transamazônica

Avelino, vamos começar falando das suas origens familiares, quando e onde você nasceu...

Nasci em 6 de abril de 1948. Sou natural de Irai, Rio Grande do Sul. Meus pais já são brasileiros, mas meus avós eram italianos. Na verdade, os Ganzer, por parte da família do meu pai, temos sangue alemão. Eles vêm de um lugar de que era um cantinho da Suíça e depois passou para a Itália¹. Minha mãe é da família Mânica. E aí, no fim do século dezenove eles vieram para o Brasil, quando ainda eram muito crianças. Meus avós não tinham uma recordação muito grande dos pais porque eles morreram de uma epidemia que tinha dado na Itália. Eles vieram com outras famílias e ficaram, lá pelo Rio Grande do Sul...

E eles vieram para trabalhar no campo?

Eram famílias pobres, da área agrícola. Meu pai e minha mãe casaram e tiveram onze filhos vivos. E com uma área de terra pequena, de vinte e quatro hectares. Aí, os primeiros filhos foram casando, os primeiros moravam na própria terrinha, mas era pequena demais para desenvolver e crescer todo mundo ali juntamente.

Essa terra que seu pai tinha, ela foi uma herança dos seus avós ou ele comprou?

Eu não me lembro direitinho. Eu acredito que foi meu pai que conseguiu essa terra. Não foi herança. Naquele tempo era bem baratinho. Aí, em 1971, 1972, houve aquela grande campanha do Governo Federal que estava fazendo a maior “reforma agrária” do mundo, que seria no Pará, aqui na Transamazônica e na Amazônia. Eu, nesse tempo, já tinha terminado o segundo grau, lá em Irai mesmo. Eu não queria ficar fora da terra mas, ao mesmo tempo, já tinha migrado para Porto Alegre. Eu tinha feito curso de contabilidade e tinha feito datilografia, minimamente, então eu comecei a trabalhar de empregado, fazendo o balancete diário de uma

¹ Refere-se, provavelmente, à região do Tirol.

financeira chamada Crefiel. Passado um tempo, o Bamerindus² abriu um concurso e eu passei e, passei a trabalhar no banco. Mas eu não queria nada daquilo, eu queria era voltar para a terra. Foi aí que no fim de 1971, meu pai se inscreveu no programa de colonização do Governo Federal e, em meados de 1972, a gente veio para a Transamazônica. De onze irmãos que nós somos - éramos, porque já faleceu um irmão aqui - nove vieram para a Transamazônica, mais o pai e a mãe. Dois ficaram. Um irmão ficou no Rio Grande do Sul: ele era da Polícia Militar. A Maria, minha irmã, tinha casado e ficou em Santa Catarina. As outras irmãs, que também eram casadas, vieram junto para a Transamazônica. Eu sou um dos irmãos do meio, não sou nem dos mais velhos, nem dos mais novos.

Lá no Sul, vocês se dedicavam a que tipo de cultivo?

A produção básica era feijão, arroz. Nos últimos anos nós entramos na criação de suínos. Fizemos um chiqueiro grande. Foi a primeira vez que meu pai pegou um financiamento. Um professor que eu tinha, o Dr. Eduardo, era engenheiro agrônomo e ajudou a fazer um projeto e começamos a criar mais em escala, para disputar uma fatia do mercado. Claro, como agricultores familiares, nós produzíamos em torno de duzentas cabeças, mais ou menos. A cada dois meses, três meses, vendíamos cinqüenta, sessenta suínos. Então a gente acumulou bastante tecnologia, visão e tal. Mas aquilo também não dava sustentabilidade para toda a família. E aí, veio a propaganda da colonização e... acho também que a gente tinha um pouco o sangue da aventura, de apostar...

E como era esse sistema de colonização proposto pelo governo?

² O antigo Banco Bamerindus, que tinha sede no estado do Paraná foi à falência nos anos 1990 e acabou sendo adquirido pelo grupo financeiro internacional HSBC (The Hongkong and Shanghai Banking Corporation).

Então. Na época o presidente da República era o Emílio Garrastazú Médici³. Eles, com a chamada Revolução Verde⁴, ao mesmo tempo precisavam da concentração de terras para o avanço, da transformação das fazendas em empresas rurais, e do crescimento da indústria urbana na fabricação de máquina, equipamentos, adubo, veneno... Só que para isso tinha que tirar muita gente do campo, expulsar a população do campo, ou pela pressão ou pela compra da terra. Isso era conflitivo, todo o centro-sul do Brasil começava a ter uma tensão muito grande, principalmente no Sul e no Nordeste. Então, o governo abriu a Transamazônica e do Mato Grosso até o Acre, e fez uma grande campanha, de que iria fazer a maior reforma agrária do mundo, que ia doar as terras. Eu me lembro perfeitamente que, o Governo pegou um conjunto de jornalistas os contratou, e vieram para cá e colheram imagens, fotografias, de casas que estavam sendo construídas, etc. Aqui na Amazônia tem um mato que tem um espinho muito duro, chamado jurubeba, ele dá um fruto parecido com o tomate, só que é um mato pesado. Então, o governo dizia que tinha um enxerto do tomate com a jurubeba, chamado *jomate*, que produzia um tomate que não dava praga, em quantidade... E aquela propaganda se estendia no interior dos estados, na forma de mobilização. Se instalavam nas praças das cidades e diziam:

³ O General Emílio Garrastazu Médici (Bagé/RS, 4 dezembro de 1905 – Rio de Janeiro/RJ, 9 de outubro de 1985) foi presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Formou-se oficial na Escola Militar de Realengo (1924 – 1927). Em abril de 1964 era o Comandante da Academia Militar de Agulhas Negras. Posteriormente foi nomeado adido militar nos Estados Unidos e, em 1967 sucedeu a Golbery do Couto e Silva na chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI). Lá permaneceu por dois anos e apoiou com entusiasmo o Ato Institucional número 5 (AI-5). Em 1969, foi nomeado comandante do III Exército. Seu governo foi marcado pela violenta repressão política, pelo grande crescimento econômico conhecido como "Milagre Brasileiro", pela utilização maciça de campanhas propagandísticas para promover o patriotismo e por projetos faraônicos, como a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici> Acesso 07 mar. 2008.

⁴ Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Em contrapartida, observou-se nos países subdesenvolvidos uma concentração fundiária, uma vez que os pequenos agricultores não conseguiram financiar os gastos necessários para acompanhar a Revolução. Também se criou uma dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos para com os desenvolvidos, apesar dos esforços de países como o Brasil em criar tecnologia própria através das pesquisas desenvolvidas por empresas públicas como a Embrapa. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde> Acesso 07 mar. 2008.

“Olha, vamos embora para a Amazônia”. Aqui na Amazônia, nós íamos ter estrada, um terreno de cem hectares, casa, quatro hectares já de terra beneficiada, talvez uma vaca de leite, alguns suínos, galinha... Para começar.

E isso seria para cada família?

Para cada família. Bom. Tinha uma cidade chamada Tenente Portela, que fica numa grande região do estado, justamente a quarenta, cinqüenta quilômetros, de onde estava a base da agricultura familiar mais intensa, na qual eles precisavam fazer a concentração de áreas imensas para a plantação de soja, para a criação de gado... Eu falo isso com a visão que eu tenho hoje. Naquele tempo ninguém via. Então, o Incra se instalava e fazia toda essa campanha, com as rádios e tal, e aí ganhava as igrejas, a igreja católica, todo mundo. Você rezava e acreditava que ia para o céu vindo para cá, também... Aí, as famílias se inscreviam... No nosso caso, do Sul, a gente começava a vender o pouco que tinha. Porque, para a viagem, cada pessoa tinha direito a trazer até vinte quilos, porque vinha até Porto Alegre de ônibus e depois viajaria de avião. Isso se estendia para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, até São Paulo. Do restante do Brasil, o pessoal ia de pau-de-arara. Eles queriam muito o pessoal do Sul, que era tudo gente muito pobre mas, de qualquer maneira, tinha um nível de instrução, de tecnologia acumulada, experiência de agricultura familiar e tudo; então. Eles não eram bobos, por isso ofereciam algumas vantagens diferenciadas da região Nordeste, por exemplo. A gente então saiu da cidade, foi para Tenente Portela, de Tenente Portela foi para Porto Alegre... Isso aí demorou muitos dias. Depois a gente veio para Belém, num avião grande, da Transbrasil, que na época era Sadia⁵. Ao chegar em Belém, ao descer do avião veio o primeiro impacto “o calor intenso” e fomos chamados a ajudar a descarregar o avião. Depois nós fomos hospedados num lugar, aqui em Belém, onde se criavam uns cabritos... Aí a coisa já começou a ficar feia porque, nos barracões, não tinha nada do que diziam. Tinha barracão que tinha carneiro dentro, tinha não sei o quê, tudo sujo de bosta de carneiro. Diziam que ali ia ser a nossa hospedaria por alguns dias; depois é que nós ia seguir a viagem para a Transamazônica⁶. E nós éramos

⁵ O grupo catarinense Sadia, conhecido pelos negócios na área de suinocultura e avicultura, chegou a possuir, durante alguns anos, uma empresa aérea regional.

⁶ A Rodovia Transamazônica (BR-230), projetada no governo do General Emílio Garrastazu Médici, é a terceira maior rodovia do Brasil, com 2,300 km de comprimento, cortando os estados brasileiros de Pará e Amazonas, nasce na cidade de Cabedelo na Paraíba. Em grande parte, a rodovia não é pavimentada. Planejada para integrar melhor o Norte

proibidos de fazer qualquer tipo de contato, ou compras em mercados locais, sem autorização de dirigentes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)⁷ local.. Era proibido conversar com o dono de um boteco, para comprar qualquer coisa do comércio tinha que ter uma ordem do cara do pessoal do Incra, que, na verdade, era na maioria agente do SNI, do Serviço Nacional de Informações⁸. Ninguém sabia tratar do negócio de colonização. Era tudo gente que cuidava da gente com medo. Então, em Belém, já começaram a se dar os primeiros enfrentamentos. Porque passou o primeiro, o segundo dia, Quando foi no terceiro dia, ninguém mais agüentou. O comerciante estava querendo vender para a gente. Aí a gente montou um esquema e começou a quebrar aquele negócio. Ia num boteco daqueles, sentava

brasileiro com o resto do país, foi inaugurada em 30 de agosto de 1972. Cf. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Transamaz%C3%B4nica>> Acesso 13 mar. 2008.

⁷ O INCRA foi criado em 1970 pelo governo federal. No início da década de 1980, o agravamento dos conflitos pela posse de terra na região Norte do País ocasionou a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/ Tocantins (GEAT), e do Baixo Amazonas (GEBAM). Em 10 de outubro de 1985, o governo do presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), mas quatro anos depois os resultados foram pouco expressivos. Em 1987 o Incra foi extinto, o mesmo ocorrendo com o Mirad em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989 o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas ele permaneceu semi-paralisado, por falta de verba e de apoio político. O órgão ficou vinculado diretamente à Presidência da República, com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra. Em 14 de janeiro de 2000, pelo Decreto nº. 3.338, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o Incra passou a ser subordinado. Cf. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Incra>> Acesso 07 mar. 2008.

⁸ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior. O chefe do SNI tinha status de ministro, e seu poder de ação e decisão era imenso, de suas apreciações poderiam emanar atitudes do chefe de Estado das mais diversas, desde mandar investigar um suspeito, até expurgá-lo do país. O Serviço Nacional de Informações produzia e acumulava fichas de pessoas consideradas suspeitas pelo regime. Foram chefes do SNI: Golbery do Couto e Silva; Emílio Garrastazu Médici; João Baptista de Oliveira Figueiredo; Carlos Alberto da Fontoura; Octávio Aguiar de Medeiros; Newton Cruz, entre outros. Em 1990, no governo Collor, o SNI foi extinto e suas funções passaram a ser desempenhadas por outros órgãos, até a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIn), em 1999. Os agentes de carreira foram relocados para a nova repartição. Cf.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_Nacional_de_Informa%C3%A7%C3%B5es> Acesso em 07 mar. 2008.

numa mesa ocupada por pessoas do local que estavam tomando, e começava a tomar uma cerveja com eles, e criava uma situação difícil para as autoridades reprimirem.

Eram quantas pessoas, mais ou menos, nesses acampamentos?

No nosso vôo devia ter umas cento e cinquenta pessoas. E no local, já tinha muito mais, que haviam chegado antes. Ficava todo mundo naquele bolo ali, espalhado. Tinha gente de outras regiões... Aí, para dormir, nos entregaram umas redes velhas, fedorentas. Quando ia amarrar, aquilo arrebatava. Depois, nós pagamos aquilo tudo como se fossem redes novas. Foi muito sofrimento, de qualquer maneira. A maioria não sabia dormir em rede. Imagina. E uma rede fedorenta, que rasgava. Os punhos da rede cheios de nós. A maioria não sabia amarrar uma rede. Nós passamos ali acho que uns quatro dias. No quinto dia, quando se fez a pressão, eles botaram a gente dentro de um avião menor e começaram a levar as turmas. Descarregaram a gente no município de Itaituba, num aeroporto chamado Meritituba, que foi construído só para isso. Lá era a base da colonização. Eram galpões grandes, cobertos com folha de coqueiro, babaçu ou outro tipo de coisa, e feito com um pouco de tábuas, e o resto de pau-a-pique. Quando a gente foi chegando, foi descendo do avião, já tinha um grupo que tinha enfrentado o Inca, tinha puxado o facão, já estava dando o maior rebu do mundo. Os caras gritaram: “Olha, faz favor, fala para aquela turma lá no Rio Grande para vir; mas fala a verdade para aquele povo. O povo chega aqui e não encontra nada. Vão começar a matar gente aqui. Porque o pessoal está muito brabo...”. A gente foi descendo do avião, foi escutando essas falas dos técnicos e sentindo esse clima. Eu me lembro quando um irmão do papai e outros parentes, ainda no Rio Grande do Sul chamavam a gente e diziam: “Mas vocês vão para lá no escuro?” , papai dizia: “Não, nós vamos sair ao meio-dia” [risos]. No escuro era porque não se conhecia ninguém, não se sabia de nada, não se sabia o que era a Amazônia, não é? [ri] E quando você vai descendo é que vê aquilo... Aí eu disse: “Ih! Viemos aqui no escuro mesmo. E agora?” Bom. Mas aí a gente faz muita amizade, mesmo no sofrimento, com as pessoas...

Vocês ficavam hospedados num galpão?

É, um galpão grande. Botava várias famílias juntas. Ali tinha os banheiros, que eram uns buracos feitos na terra, daquele jeito. Banho, você ia para o rio Tapajós, puxava com um latão e seja o que Deus quiser. Fogo, se fazia no chão, botava ali uma pedra, uns pedaços de tijolo, cozinha, queimava a lata... Tudo uma improvisação total. Por ser uma coisa oficial, uma grande colonização, com aquela campanha - “a maior reforma agrária do mundo” -, você

imaginava outra coisa. É diferente de quando um grupo decide, por exemplo, entrar nas fazendas para colonizar por conta própria. Aí, passado alguns dias, o Incra começou a chamar a gente. Nos botou em cima da carroceria do caminhão e rodou cento e setenta quilômetros para dentro, na Transamazônica rumo a Itaituba e Altamira. Saímos no clarear do dia, fomos chegar nesse lugar quase uma hora da tarde. Estrada de chão. Transamazônica. Chegando lá, descem uns quatro ou seis caras, que vinham numa camionete de cabine dupla, na frente, chega um outro carro, vão descendo as pessoas e tirando fotografia das pessoas, de frente, de lado... Você não sabia para o que é que era... Só depois. Aí chamavam lá: “José Ganzer - que era meu pai - Vai ficar no lote tal e tal...” Aí o outro: “*Seu Cerilo Scalabrin. Vai fica no lote tal*”. “Mas aonde?” “Aqui”. Era só a Transamazônica, aquela ferida no meio da floresta, e acabou. Não tinha nada...

E a sua família ganhou vários lotes ou seu pai ganhou um lote só para todo mundo?

Meu pai tirou um lote. Já tinha o meu irmão casado, o Ervino, tirou um lote, o Pedro, casado, tirou um lote, a minha irmã era casada, o meu cunhado tirou um lote. Então, são quatro lotes. Depois, passado um tempo, tanto eu como o Valdir⁹, e outro irmão, nós brigamos para também termos o nosso terreno. Porque passados dois anos, eu casei lá mesmo... Encontrei minha companheira lá, no meio da floresta, e nós casamos. Aí pegamos um terreno. Então, eles diziam “Aqui vocês vão ser fazendeiros”. Que fazendeiros? Não dá nem para olhar...

Era floresta?

Era floresta, floresta virgem. Só tinha sido feito a estrada transamazônica. Na verdade, até a estrada era feita assim, só passando o trator... Não tinha nada de compactação. Eu me lembro, quando terminou a distribuição das terras ali, no meio... Nem precisava ter ido lá. Podia ter feito isso lá em Itaituba... Era a mesma coisa. Você não sabia de nada. O que a gente ficou foi assustado de ver que não tinha um palmo de terra roçado, que não tinha casa, que não tinha absolutamente nada. Mas aí, o que fazer? Aí, meio-dia, uma hora, duas horas, a gente com fome... Cada um de nós tinha uma espingarda, tinha facão. Ouvimos aquele barulho assim... Era uma vara de porcos, aquele porco queixada, porco do mato. Passaram mais ou menos uns quatrocentos porcos, nós conseguimos matar um. Fomos matando e ao mesmo tempo, tratando e metendo no fogo, mas não tinha sal, aí andamos assim, um quilômetro e meio, tinha um

⁹ Sobre Valdir Ganzer, ver nota à entrevista de Paulo Rocha, neste volume.

caçador, que vivia caçando onça ou gato do mato, para vender a pele. Ele nos emprestou um pouco de sal, e a gente comeu o primeiro porco do mato lá [ri]. Uma tristeza [ri]. Uma tristeza. A gente olhava assim, lembrava das terras boas do sul, quando derrubava uma mata, aquela terra nova, aquela terra fértil... Então, mesmo assim, sem nada, a gente tinha aquela esperança, aquela força transformadora. A gente dizia: “Agora, nós vamos roçar, vamos derrubar, vamos plantar; daqui nós vamos fazer nossa riqueza, que a gente não conseguiu fazer no sul”. É aquilo que mantinha a gente de pé. Porque do resto, tudo era...

Precário demais...

Precário... E tudo aquilo que tinham vendido para a gente tinha caído por terra. Agora imagine minha mãe, por exemplo. Ela sofria demais. Ficava calada, olhando, falava pouco... Mamãe já estava com cinquenta e cinco anos. Nestas alturas dos acontecimentos, passado alguns dias, nós fomos morar lá. Aí, bota toda as tralhas em cima do caminhão outra vez... Aí a gente fez um esforço de ver se arrumava umas tábuas, alguma coisa, para poder, quando chegar lá no terreno, começar a fazer a casinha e alguns banquinhos etc... A casa é chamada tapiri¹⁰. Você levanta com forquilha e fecha com palha de coqueiro. É o tapiri. A casa que se faz lá no mato. Mas a gente queria ter um pedaço de tábua para fazer alguma coisa, um banco, não é? Nós compramos um serrote, naquele tempo nós não tínhamos serra... Aí, chega lá no terreno, ninguém sabia mexer com a palha, para cobrir a casa. A gente sabe construir, eu sei construir uma casa de tijolo, de tábua, ou mesmo de cavaco. Mas como é que mexe com aquela palha? Até você aprender... Por isso que um conhecimento local é de uma grandeza... Nós fazíamos a casa... Tu dobra a palha, sofres que é uma desgraça, de todo jeito, bota ela grossa em cima. Na primeira chuva, caía água dentro, molhava embaixo...

Mas não tinha umas pessoas locais, que já moravam lá?

Não. Nada. Nada, nada, nada. Era cento e oitenta quilômetros de onde morava a pessoa mais próxima, que era dentro de Itaituba. Lá dentro só tinha o pessoal que estava caçando. Você imagina que tenha um pé de macaxeira, de mandioca... Nada, nada. Imagina que tem um

¹⁰ Tapiri: Lugar utilizado como abrigo provisório ou guarda de matérias-primas; constitui-se de pequena choça com armação de madeira roliça e cobertura de palha. Dispensa parede. Cf. Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira em <<http://www.cnfcp.com.br/tesouro/00000974.htm>> Acesso em 07 mar. 2008.

boteco para alguém... Não tinha. Então você conversa com o cara que está lá caçando, ele diz assim: “Olha, é assim gaúcho” [Faz o gesto de dobrar a palha]. E bastou fazer uma vez. Pronto. A gente já aprendeu... Por isso é que o conhecimento local tem que ser valorizado. E às vezes o cara te ensina uma coisa que você levaria anos para aprender. A mesma coisa de você chegar para um indígena e perguntar que planta é remédio para isso ou para aquilo. Você chega ali, ele entrega de graça. E ninguém paga por essa coisa. Até hoje, eu estou marcado por isso. Aquele ensinamento para fazer a casa da folha do coqueiro, que eu nunca mais esqueci. Aquilo foi o primeiro sinal de consciência, eu acho, que eu comecei a ter. De valorizar o que é o cara lá de pé descalço, só de calção, pode ensinar. O pé daquele caçador, se pisasse num prego, acho que entortava o prego, de tão grossa que era a sola do pé. Mas era um sábio para fazer a casinha. Pronto. Acabou. A partir daí, nós não tivemos mais problema com chuva, ou com sol penetrando. Então, fizemos nossas casinhas lá, começamos a roçar, derrubar; e aí veio a questão do plantio. As sementes. Os pais da minha mulher - ela é Neli Benedetti, o pai era o José Benedetti - eles vieram de caminhão... Eles vieram de avião, mas não se desfizeram da mudança deles. Tinham dinheiro, contrataram um caminhão, o caminhão veio por terra, rodando, e chegou lá na Transamazônica.

Conseguiu chegar lá nesse lugar com a mudança?

Chegou. Tinha... [ri] milho, milho nascido dentro do caminhão... Tinha de tudo, porque... O caminhão ficou estourado, de passar, subindo e descendo essas ladeiras. Mas chegou. Dentro desse caminhão do meu sogro tinha rama de mandioca, ainda não tinha secado tudo, tinha feijão bom para plantar... Aí tinha o problema de adaptação do clima. Tudo, depois, vai ter que se adaptar. Mas veio uma série de coisas. Semente de laranja, de tangerina... E a gente foi atrás, aqui, de barão de batata, para plantar batata doce, plantar um inhame. Saíamos de lá e rodávamos cem, duzentos quilômetros, quinhentos quilômetros... Trezentos e poucos quilômetros para a frente tinha a uma colonização mais avançada, lá em Altamira. Nós chegamos dia 28 de setembro de 1972. Mas em 1970 já tinha vindo gente, para o lado de Altamira. Aí nós fomos lá, visitamos, conhecemos as pessoas; e a partir daí a gente foi conseguindo as sementes, as...

E vocês iam até lá como?

Passava o caminhão do Inca, às vezes passava madeireiro, você subia em cima, pedia carona... Não tem hora para sair. A gente ficava na beira da estrada, às vezes, um dia, dois,

esperando. Quando pegava um carro desses para sair, não sabia que dia que voltava. Às vezes dava certo de voltar com dois dias, às vezes dava certo de voltar com cinco, seis, oito, porque dependia de transporte. E começamos a roçar, derrubar. No primeiro plantio de arroz, já em 1972, o Inbra forneceu uma semente de arroz para a gente, foi muito ruim, com problema de todo jeito. Muito mato, praga,

E vocês tiveram que desmatar; passar a serra ou botar fogo na floresta?

Sim. Roçar, derrubar, esperar secar, queimar, para plantar depois. Nesse tempo, foi *legal* porque ainda deu para roçar e queimar um pouco. E o que tinha em abundância era caça, e qualquer igarapé, qualquer riozinho que você ia, tinha peixe em abundância. Tendo uma linha, um pedacinho de arame para fazer um empate e um anzol, ninguém ficava com fome. Hoje não tem mais. Tu pegas um igarapé daqueles, não encontra mais nada, não tem mais caça, não tem mais pesca. Fruta do mato, também tinha muito, hoje não tem mais. Vai se acabando tudo nessa região. Bom. Então, em 1972, já começamos a plantar. A safra foi frustrada, deu muito pouco; mas nós começamos a nos preparar para 1973. Em 1973, nós já fizemos plantio grande, com nosso próprio esforço. Em Itaituba tinha uma agência do Banco do Brasil. Então, a gente conseguiu fazer cadastro e meu pai financiou um pouco. O resto era trabalho nosso mesmo. O Inbra forneceu a semente, e nós fizemos uma safra muito importante já em 1973. Quando chegou a época da colheita, já de 1973 para 1974, começou a dar grandes problemas na hora de entregar a produção. Porque o governo então tinha um programa que comprava a produção, via AGF, que é aquisição do governo federal, ou EGV, que era empréstimo do governo federal¹¹. E tem a Cibrazem, que é a Companhia Brasileira de Armazenamento, ligada à CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento]¹². E tinha uma máfia que controlava o

¹¹ Instrumentos de formação de estoques públicos reguladores do mercado de produtos agrícolas. Cf. <http://www.cna.org.br/relatorioatividades2005/capitulo_04/cap_04_pag02.html> Acesso 07 mar. 2008.

¹² Empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. Se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que atuavam em áreas distintas e complementares: abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente. A Conab é a empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades

preço, controlava o transporte. Foi muito duro. Então, já em 1974, quando a gente foi fazer a venda, teve uma grande mobilização, porque os caras roubavam a gente no peso, roubavam a gente de todo jeito. E teve um dia que nós, fechamos o superintendente do Incra lá dentro. Foram uns dois dias para acertar, até que eles tiraram aquelas normas, mudaram o pessoal da Cibrazem [Companhia Brasileira de Armazenamento], a gente conseguiu recolocar a nossa produção, pegar o preço certo e pagar o banco.

E nesses lotes, além da sua família, tinha outras famílias na mesma área?

Ah! tinha. Como é que é feita a colonização? É assim. Transamazônica, é assim: vamos dizer, *aqui* é a Transamazônica. Os lotes são quinhentos metros de frente por dois mil de fundos, o que dá cem hectares. Tudo *assim*. [desenhando] A cada cinco quilômetros, entrava uma vicinal *aqui* [indica uma linha na transversal da estrada].

Então tinham várias famílias morando perto.

Várias famílias. A cada quinhentos metros, uma família. A colonização era para as famílias morarem aqui [indica o entroncamento entre a Transamazônica e a vicinal]. Isso no papel. O planejamento deles era o seguinte: cada área forma uma agrovila. Ali deveria ter as casas, a escola, aqui funciona o hospital, a igreja e tal. Para as pessoas irem trabalhando devagar os seus lotes, se formaria este tipo de vila com infra-estrutura. Os conjuntos de agrovilas formariam as chamadas *agrópolis*. É coisa de militar mesmo, não é? [risos] E várias *agrópolis* formam a *rurópolis*. [risos] Um plano de colonização, todo pensado assim. Aqui [vai apontando], o nível local; esse aqui o mais regional; esse aqui, o *geralção*. A capital...

Quer dizer, a orientação desse projeto era toda militar...

Toda. A capital da colonização é a Rurópolis. Eles fizeram a cidade de Rurópolis - até hoje existe - em 1973, já pertinho, 18 KM de onde eu morava, onde está o meu terreno. Eu tenho meu terreno lá, ainda hoje. Num prazo de seis, sete meses, se criou a cidade de Rurópolis. É uma cidade com tudo, de certa forma. Sede do Incra, hospital, escolas, agência bancária, hotel, igreja... A *agrópolis* nunca existiu. E *agrovila*, fizeram umas duas ou três e só. Então você pega de Altamira lá para onde eu morava são trezentos quilômetros... De onde eu morava para Rurópolis é perto, dezoito quilômetros. Mas para Itaituba é cento e setenta quilômetros.

básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Cf. <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=10>> Acesso 07 mar. 2008.

De Rurópolis desce para Santarém; já pega a Santarém - Cuiabá. *Aqui* tem duzentos e dezessete quilômetros, e tudo isso era colonização...

Quer dizer que vocês estavam num lugar central, pela lógica do projeto de colonização.

É. No processo, ficamos, por acaso, porque ninguém sabia que ia ficar mais ou menos perto de Rurópolis.

A montagem dessa cidade era entregue para alguma empresa privada ou Cooperativa? Porque, em Mato Grosso, os militares entregaram áreas para empresas colonizadoras que construía cidades e distribuía os lotes. Nesse caso era uma presença do poder público mesmo.

Era. Tudo aqui era o poder público. Diretamente. Então Rurópolis foi construída e inaugurada em 1973. Do lado de Rurópolis nasceu a chamada Vila da Palha, onde estavam todos os operários. Por que a Vila da Palha? Imagina, para fazer, em seis, sete meses, uma cidade enorme, no que era floresta, precisa de muita gente. E trouxeram esse povo todo de fora. Parte eram os agricultores que chegavam. Então, esta vila, que se chamava Vila da Palha, era até uma cidade. Ali era o local de moradia das famílias dos operários, tinha restaurante, comércio, bares jogos. Rurópolis foi feita dentro da floresta, a floresta foi toda derrubada e, construída a Cidade.. Mas não tinha uma árvore, não tinha um nada, toda floresta foi derrubada e arrancada, só ficou a terra vermelha. Então, quando veio a inauguração de Rurópolis, eles trouxeram de um lugar chamado Belterra - que era do Ministério da Agricultura, hoje virou município - não sei quantos caminhões com pequenas árvores, plantas, cada uma numa sacola especial. Vieram aqueles caminhões de lá, duzentos e poucos quilômetros de distância, para botar na cidade todas aquelas sacolas. Depois da inauguração, juntaram tudo aquilo e levaram de volta. Uns 15 dias antes espalharam não sei quantos mil quilos de arroz, nesta redondeza, então, no dia da inauguração, o arroz tinha nascido, estava tudo verdinho assim, aquele tapete verde... Não tinha arroz para a gente plantar, mas tinham desgraçado o arroz todinho ali, para fazer um tapete verde para a inauguração. E a Vila da Palha, eu me lembro até hoje, o dr. Albino, superintendente do Incra de Belém, (nem sei se está vivo esse cara) com o pessoal do exército - estava chovendo, queriam tirar as pessoas, limpar tudo para a inauguração e as pessoas não saíam - e eles metendo gasolina, queimando e botando o trator por cima de tudo, para acabar com a Vila da Palha.

Quer dizer, acabou de usar a mão-de-obra...

Limpou, limpou que ficou terra, e meteu-lhe arroz em cima. E acabou aquela cidade. Aquilo foi uma coisa... é outra imagem. Assim como eu fiquei com a imagem do cara que me ensinando a quebrar uma folha de babaçu, para fazer o tapiri, eu fiquei com a imagem, nunca mais vou esquecer, do principal cara do Incra queimando, metendo fogo, com apoio do Exército Brasileiro. Eu me lembro de uma senhora com um menino, acho que tinha onze, doze anos, mas estava com uma gripe, não sei se era uma virose. Ela se arrastou para o meio da lama, embaixo de uma mesa, chovendo. E ele morreu lá, terminou morrendo embaixo da mesa, era filho do Nonato, um maranhense. Quando chegou da roça no outro dia, que era longe, já tinha morrido o filho. A gente já tinha passado por muitas malárias. Eu era um doador de sangue. Mas tive malária e uma hepatite tão braba que meu sangue não prestou mais para doar. Antes da inauguração da Rurópolis, botaram o hospital da Fundação SESP [Serviço Especial de Saúde Pública], então, começou a ter um ponto de apoio. Tinha o pessoal da Sucam, que fazia pulverização para matar o mosquito da malária.

Mas devia morrer muita gente também...

Ih! Morreu muita gente, enterrada naquela beira da Transamazônica. Mesmo o pessoal do Sul, eu me lembro, a família Camargo, morreu a mãe, com poucos dias depois morreu a filha, com dezoito anos, uma morena linda, vizinha nossa... Aí, um morre, outro morre, o outro não sei que... Enterra onde? Nós, lá mesmo, tivemos que fazer um cemitério. Até hoje tem o cemiteriozinho lá.

E aí, nesse meio tempo, você se casou...

É, de 1972 para 1973. Casei um ano e pouco depois. Eu já tinha brigado para pegar um terreno de cem hectares na chamada gleba 40, lote 8, da rodovia Transamazônica, perto de onde tinha ficado o resto da minha família. Ali se formou um lugar que nós chamamos de Linha Gaúcha. Tem a comunidade Forte, a comunidade de Santo Antonio. Era uma comunidade muito forte. A imagem de Santo Antonio, esculpida em madeira, tinha sido trazida pelo meu pai, José Ganzer.

O processo de organização dos trabalhadores rurais da região de Santarém

E aí vocês começaram a se organizar politicamente?

Logo em seguida, chegou lá, o meu sogro - que naquele tempo não era meu sogro - minha sogra, eles levaram uma radiola a pilha, (levava seis pilhas), um bocado de discos... Então, se achava um jeito de comprar pilha e botava lá, e a gente ficava dançando nos finais de semana. Era o nosso jeito de brincar nos divertir. Pescar, caçar e dançar, e tomar umas cachaças [ri]. Logo em seguida, tiramos um lote exclusivo para a comunidade, e começamos então a trabalhar para derrubar a mata e fazer um campo de futebol. Era floresta pura. Como é que faz? Nós derrubamos, queimamos, aí nós nos cotizamos, fomos para cima e negociamos com o Incra e conseguimos um trator de esteira .O trator destocou o mais grosso, e nós começamos a fazer o campo. Depois, já em 1973, nós já compramos moto-serra, então a gente já cortava madeira, e fizemos tudo: capela, escola... E fomos fazendo.

E vocês foram criando uma cidadezinha ali.

Fomos criando o que se chamava Linha Gaúcha. Me lembro, assim, como se fosse hoje, não lembro qual foi o dia, que nós estávamos lá na beira da estrada e passou um padre, Pedro, um americano. Ele passou e parou lá... Nós tínhamos um início da comunidade, a nossa turma, que era católica. Logo encostado, tinha a família Müller, uma família grande, que era luterana. Na frente, você tinha um mineiro, um paranaense, um nordestino. Às vezes, tinha com unidades que tinha vinte estados, gente de vinte estados numa mesma reunião. A nossa era mais o pessoal do Sul, de vários lugares... Então o padre passou lá e perguntou se queriam fazer uma celebração, e todo mundo aceitou. Aí eu disse: “Está bem. Então se prepara, vamos fazer a celebração aqui”. Era na casa do meu pai. Nós já tínhamos feito um limpado grande. Tinha um toco de castanheira que tinha sido derrubada, para fazer a estrada Transamazônica, aquele toco seco assim. Aí, ele pediu: “Arreda mais um pouco esse mato aí, Corta uns paus! Faz uns assentos”. Aí nós preparamos. Quando ele voltou, tinha gente da igreja católica, tinha luterano, tinha de outras religiões. Aquele era um lugar para se reunir. Era uma necessidade das pessoas de se encontrarem, de alguém que pudesse falar alguma coisa, que ajudasse a refletir, que desse uma palavra de alento. Ele puxou lá de uma sacolinha, que a turma chamava de *boroca* lá na região... O padre já tinha essa linguagem. É uma sacola que o garimpeiro, o caçador vai para o mato e leva; vai enfiando as coisas dentro. Ele foi tirando uma toalha, jogou em cima do toco da castanheira, fez dela o altar, e fez uma celebração importante. Porque ele perguntou por que

é que a gente tinha ido lá. “Ah! Nós viemos atrás de terra, para melhorar nossa vida”. Ele perguntou se a gente não desconfiava que havia outros interesses a não ser os nossos. Ninguém sabia responder. “Que interesse?” [ri] “Que interesse?” Foi aí que ele disse: “Olha, é porque, na região, estão entrando fazendeiros. Tem firmas, empresas grandes, estão querendo entrar aqui e estão precisando de mão-de-obra. Vocês não vieram para ser donos de terra, não, vocês vieram para ser peões dessas empresas”. Ele era bem “radicalzão”, o americano... Aquilo caiu como uma... batata quente na mão. Ninguém sabia bem o que é que ele tinha falado; mas marcou a gente. A partir daí foi muito fácil. Abriu a cabeça para a gente ir compreendendo.

A igreja, então, teve uma presença importante.

Nós tivemos uma presença muito importante da Prelazia de Santarém. Porque a gente estava no município de Santarém; a duzentos e quarenta quilômetros da sede. O município, naquela época, tinha, em linha reta, quase quatrocentos quilômetros. Você vê que municípios grandes, não é? Da minha casa até o fim do município de Santarém tinha mais noventa quilômetros...

Quem é que estava nessa Prelazia de Santarém?

O bispo era Dom Tiago Ryan¹³, americano. Mas muito boa gente. Ele faleceu agora. Deu uma pena muito grande... Ele implantou toda a pastoral na área rural. Desenvolviam a questão da religiosidade, mas também faziam alfabetização, trabalhavam a organização das comunidades, se as pessoas tinham interesse, davam os primeiros ensinamentos do que era organizar uma cooperativa, uma associação... Então, depois daquela primeira missa, o padre marcou uma outra missa. E nessa missa então, ele, na celebração, perguntou: “Escuta, quem é que sabe ler aí?” Todo mundo fica calado. Eu levantei a mão, disse que sabia ler. Aí ele pegou a bíblia, me deu: “Olha, está aqui. Evangelho tal, capítulo tal”. Eu não sabia o que era aquilo. Nunca tinha pegado uma bíblia para ler. Aí, quando terminou a missa, ele disse: “Agora nós vamos fazer um trido, três dias de encontro, para começar a organizar a comunidade. Tem que ir para a comunidade São Luís. Chega em Itaituba, sobe de barco mais um bom tempo” Aí o padre disse o seguinte: “Tem que tirar duas pessoas daqui. Vai Avelino e quem mais?” Ele já

¹³ Dom Tiago Miguel Ryan, da Ordem dos Frades Menores (Franciscana), foi o 5º Bispo de Santarém, permanecendo à frente da Diocese de 1958 a 1985. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese_de_Santar%C3%A9m_%28Brasil%29> Acesso 07 mar. 2008.

tinha sacado... [risos] E a comunidade terminou elegendo eu e a dona Erica Scalabrini. Aí fomos fazer esse trido. Chega lá, ele pediu para algumas pessoas, eu fui uma, para tirar muito graveto, pegar uma lenha boa e cortar bem fininho. Eu e outra pessoa preparamos esse negócio todo, para fazer uma fogueira. Deixamos tudo pronto, já com capim seco, era só botar fogo para a coisa funcionar. À noite, quando juntou todo aquele pessoal, nós ficamos em redor, ele foi falando o que era comunidade, o que é que nós tínhamos que fazer lá e tal. E disse: “Vocês têm que ser como se fosse uma luz no escuro. Vocês têm que ajudar a clarear. Vocês têm que saber dos direitos, não só para ficar para vocês, mas para explicar para os outros, o que é direito, o que é dever o que é princípio”. Aí mandou apagar a luz; e pediu para eu ir lá e acender a fogueirinha. Na hora que eu risquei o fósforo, que acendeu, aquela fogueirinha foi subindo, foi clareando, e ele falou: “Vocês têm que ser isso aí. Tem que organizar a comunidade, para serem essa luz”. E aí, dependendo da necessidade que a gente vinha, a igreja dava os cursos. A partir daí, eu fui ganho; eu fui me dedicar muito a organizar a escola, ajudar a organizar a comunidade, repartir com isso. Eu já tinha minha motivação, gostava de esporte, de jogar futebol, e de brincar, dançar...

Você praticava a religião também?

Antes, não. A partir daí eu comecei. E a Teologia da Libertação¹⁴ tinha uma coisa muito séria, porque a fé sem obra não tem sentido, não tem valor. Então, não adianta você ficar conversando sem fazer. O critério da verdade é a prática, e não a *conversaiada*. Então, você vê que pegava assim a questão religiosa com a teoria marxista. É uma soma... Só depois, lá na

¹⁴ A Teologia da Libertação é uma importante escola de pensamento da Igreja Católica e outras igrejas cristãs desenvolvida depois do concílio Vaticano II. Ela dá grande ênfase à situação social humana. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos mais influentes proponentes desse movimento. Destacam-se também o teólogo estadunidense Cornell West e o brasileiro Leonardo Boff. Esta concepção teológica surgiu na década de 1970, quando se espalhou de forma especial na América Latina, sendo uma das orientações para a pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). O Papa João Paulo II solicitou à *Congregação para a doutrina da fé* dois estudos sobre a Teologia da Libertação. Eles foram colocados em documentos em 1984 e 1986 com os nomes de *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia*. Neles se considera, em resumo, que, apesar da importância do compromisso radical que a Igreja Católica assume com os pobres, a disposição da teologia da libertação em aceitar postulados de origem marxista ou de outras ideologias políticas *não* era compatível com a doutrina. Com a ascensão do pensamento tradicionalista, a Teologia da Libertação foi paulatinamente sendo excluída da Igreja oficial, mantendo-se ainda viva nos movimentos sociais a ela vinculados. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_liberta%C3%A7%C3%A3o> Acesso 07 mar. 2008.

frente, é que a gente vai, de fato, decifrar nossa formação. Bom. A partir daí começa todo o processo de organização. Na medida em que começa a organização, começam as lutas. Então, quais foram as primeiras lutas? A primeira delas foi o enfrentamento dessa questão que eu falei, do arroz, da roubalheira que tinha na comercialização. Começa a ter problemas de terra. Aí a gente desperta para os sindicatos. Fomos descobrir que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém tinha uma diretoria, nesse tempo, caracterizada como pelega mesmo. Era um pessoal que fazia muito mais papel de governo do que defender os trabalhadores. Então, eu comecei a participar da organização, da comunidade, passei a ser uma liderança, acho, de igreja. Dom Tiago, que era o bispo de Santarém, tinha na gente, no pessoal da Pastoral, uma confiança grande... Eu vivia da roça, não é? Em 1973, eu e a Neli Benedetti, tínhamos casado, e a gente trabalhava muito para a comunidade. Mas ao mesmo tempo a gente tinha uma sorte de planejar nossas ações dentro de casa, fazer nosso trabalho planejado na roça... A gente vai tendo certa vantagem, eu vejo, perto de outros, que não têm essa possibilidade de planejamento. Bom. Aí tem toda uma longa história de oposição sindical em Santarém, que eu participei. Eu me lembro, acho que em 1977, foi a primeira eleição. Nós não éramos candidatos, mas a oposição perdeu. Depois, acho que foi em 1979 de novo... Quando foi em 1980, nós fizemos um grande ato de primeiro maio em Rurópolis, na Transamazônica. E quem é que visitou a gente lá? O João Pedro Stédile¹⁵, que hoje é um grande liderança do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra]... Veio outra liderança lá do Rio Grande do Sul, que depois foi eleito prefeito. Eles foram as grandes figuras desse primeiro de maio. E a gente rodeado, cercado, vigiado por militares de todo lado... Parecia que era o fim do mundo. Porque tinha uma perseguição enorme. Inventavam coisas que eu não entendia... Aquela linguagem toda.... Quando falavam que a gente era comunista, eu não sabia o que é que era comunismo. Não

¹⁵ João Pedro Stédile (Lagoa Vermelha/RS, 5 de dezembro 1953 –), economista e ativista social, é um dos líderes do MST. Formou-se em economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), com pós-graduação na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Atuou como membro da Comissão de Produtores de Uva, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Assessorou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Rio Grande do Sul e em âmbito nacional e trabalhou na Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária, tendo sido um dos fundadores do MST. É autor de diversos livros sobre a questão agrária. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_St%C3%A9dile> Acesso 07 mar. 2008.

entendia nada. Mas havia conflito, problemas de toda ordem, então a gente começou a organizar...

Vocês já tinham ganhado o sindicato em 1980?

Em 22 de maio de 1980, nós ganhamos o sindicato; com Geraldo Pastana¹⁶, que hoje é o prefeito de Belterra. Eu fui eleito delegado representante junto à Federação. Na Transamazônica, onde eu atuava, havia duas delegacias sindicais, com em torno de quatrocentos e sessenta sócios. O pessoal do Ministério do Trabalho botou gente para acompanhar as duas delegacias, mas mesmo assim todos votaram na chapa dois, a chapa de oposição, para derrubar o pelego. Uns dias antes da posse, teve muita pressão na região, pressão, pressão, pressão de todo lado, para ver se a gente desistia. Diziam que ia morrer muita gente, que era melhor a gente não continuar na diretoria desse sindicato e tal. Ih! Tinha visita nas casas, tinha movimento de policiais, uma coisa acintosa. Na posse, nós tivemos a presença do Lula. E veio o José Francisco [da Silva], que era presidente da CONTAG na época. Em todo esse processo, nós tínhamos uma liderança que ajudava, assessorava a gente aqui, um grande cara chamado Antonio Vieira¹⁷, que é um grande amigo do Lula. Ele mora hoje lá em Belterra. Está ajudando o Geraldo Pastana. É um pernambucano que foi da ALN [Aliança Libertadora Nacional]. Ele foi o grande cérebro que ajudou a montar o movimento de oposição sindical chamada Corrente Sindical Lavradores Unidos¹⁸. Nós trabalhávamos o local mas, articulado nacionalmente. Para o nosso processo de formação, nós tivemos muita ajuda. Nossa referência, no começo, não era São Bernardo, mas sim a Oposição Metalúrgica de São Paulo, que lá, depois, deu no MOMSP [Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo]¹⁹.

¹⁶ Ver nota à entrevista de Paulo Rocha, neste volume.

¹⁷ Ver nota à entrevista de Paulo Rocha, neste volume.

¹⁸ Localizamos um trecho da letra de uma canção da Corrente Sindical Lavradores Unidos postado por Rita Peloso no blog *Arcamundo*, "No campo viver sem terra é padecer, / Ela é o sangue que nos dar força para vencer. / Suor e terra, viva a aliança na construção da esperança, / No bem de todos somos nós. / Defendemos ardorosos o nosso chão e nossa produção, / Lutaremos destemidos, na Corrente Sindical Lavradores Unidos". Cf. <<http://arcamundo.blogspot.com/2007/10/sndrome-do-fantstico-lutamos-e-cantamos.html>> Acesso 07 mar. 2008.

¹⁹ Como recorda o militante operário cristão Waldemar Rossi, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo foi lançada em 1967, juntamente como a de Osasco. Enquanto a última foi vitoriosa, entretanto, a primeira atravessou as décadas de 1970 e 1980 sem conseguir conquistar o sindicato da categoria. Mesmo assim, o MOMSP (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) inspirou a formação de muitas outras oposições sindicais

Vários desses operários vieram aqui, para fazer a discussão sobre a possibilidade, a necessidade de ter um sindicalismo combativo, com os princípios, que depois foram dar na criação da CUT.

E como é que eram essas discussões?

O pessoal dizia que era preciso construir algumas ferramentas. Fazia a comparação com a roça: “Olha, nós temos ferramentas importantes como a foice, a enxada; mas, na hora que precisar derrubar uma árvore maior, nós temos que ter um machado. O machado é o partido político, ele vai mais na frente do que...” Hoje, eu acho que a gente derruba árvores enormes, se os trabalhadores estiverem organizados, independente de eles estarem num partido político ou não. Mas eu ainda acho que a participação partidária é uma coisa importante. Então os fundamentos, as raízes, o bô-á-bá da criação do partido a gente já discutia desde 1978, 1979. Nesse sentido, o Lula começava a ser uma referência; assim como os materiais do Frei Betto²⁰... O pessoal do CEPIS [Centro de Educação Popular]... Eu me tornei um grande admirador da Madre Cristina²¹... O Paulo Maldos²², Paulo Vannuchi²³ eram as primeiras referências fortes

por todo o país. Cf. “A trajetória de um típico militante operário. Entrevista especial com Waldemar Rossi” em http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=6820. Acesso 07 mar. 2008.

²⁰ Ver nota à entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

²¹ Refere-se a Madre Cristina Sodrê Dória (1916 – 1997) idealizadora e fundadora do CEPIS em 1975.

²² Paulo Maldos, Psicólogo formado pela PUC/SP, educador popular, trabalhou por muitos anos com comunidades urbanas, a partir da Educação Popular; trabalhou com assessoria a movimentos sociais rurais e urbanos, em todo o Brasil, desde os anos 70. Trabalha no CIMI (Conselho Indigenista Missionário) desde os anos 1990, sendo atualmente assessor político da entidade no Secretariado Nacional em Brasília. Cf. http://amaivos.uol.com.br/templates/amaivos/amaivos07/servicos/faq.asp?cod_canal=76 Acesso 7 mar. 2008.

²³ Paulo de Tarso Vannuchi (São Joaquim da Barra/SP, 15 de maio de 1950 –), atual ministro titular da Secretaria Nacional de Direito Humanos, é cientista político, jornalista, assessor e consultor político e sindical. Graduado em Jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) em 1980, possui mestrado em Ciência Política na USP. No período 1969/1970 foi secretário do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina da USP, aderindo posteriormente à militância política clandestina de oposição ao regime militar por meio da ALN. Entre 1971 e 1976 foi preso político em São Paulo, sendo um dos 34 signatários do amplo dossiê entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), arrolando os nomes de 233 torturadores, descrevendo os métodos de tortura, as unidades onde eram praticadas, e apresentando uma primeira lista geral dos assassinados desde 1964. Foi cofundador e membro do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, em 1977 e do Instituto Cajamar, em 1988. No período 1980/1985, trabalhou na equipe que realizou, sob

fora do Estado, quando se tratava de formação política e conhecimento da conjuntura, na articulação das oposições Sindicais etc.

A articulação com o “novo sindicalismo” paulista e as origens do PT no Pará

Aí quando o PT é fundado, você...

Então... [ri] Ao mesmo tempo que se discutia o PT se estava discutindo também a raiz e o começo do novo sindicalismo, que é a construção da CUT. Esse debate se misturava. Mas a minha prioridade era sindical... Bom. Então, nesse mesmo processo veio o debate de criação da CUT. Eu não estive na direção do PT no começo. Agora eu fui um dos que ajudei a discutir muito e ajudava a fazer essa articulação com várias figuras aí, dentro da roça e fora dela. Quando veio a criação da CUT em 1983... Na verdade, quando saiu a primeira conferência nacional de Praia Grande em 1981, nós fomos. Quem veio aqui em Santarém, entre as várias figuras, foi o que hoje é deputado estadual de São Paulo, aquele metalúrgico, o Devanir Ribeiro²⁴. Conversamos muito. E nós começamos a nos preparar. A gente tinha toda uma relação com a viúva do Santo Dias²⁵..., o Joãozinho e seus três irmãos, que atuavam na

sigilo, o projeto de pesquisa “Brasil Nunca Mais”, exaustivo levantamento das torturas e dos assassinatos praticados pelos organismos de repressão política durante o regime militar. Foi assessor político na Câmara Municipal de São Paulo, da Direção Nacional do PT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Atuou como secretário-executivo do Governo Paralelo, coordenado por Luiz Inácio Lula da Silva entre 1990 e 1992, da Coordenação do Programa de Governo e da Campanha Lula em 1994. Foi, sucessivamente, secretário, presidente, tesoureiro, vice-presidente e coordenador-executivo do Instituto Cidadania. Publicou, entre outros: *História da greve de 1989*. São Bernardo do Campo: Editora FG, 1990; *Custo Brasil – mitos e realidade*, Luiz Inácio Lula da Silva (coord), Guido Mantega e Paulo Vannuchi (organizadores) Petrópolis: Vozes, 1997; *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*, Regina Novaes e Paulo Vannuchi (organizadores), São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Cf. <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/ministro/> Acesso 07 mar. 2008.

²⁴ Ver nota à entrevista de Djalma Bom, neste volume.

²⁵ Santo Dias da Silva (Terra Roxa/SP, 22 de fevereiro de 1942 – São Paulo/SP, 30 de outubro de 1979). Líder da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, participava da Chapa de Oposição de 1978, derrotada em eleições marcadas por fraudes. Em outubro de 1979, a categoria reivindicava 83% de aumento dos salários e uma assembléia com seis mil trabalhadores decide pela greve. As sub-sedes do Sindicato foram invadidas pela Polícia Militar, que prendeu mais de 130 pessoas, e os metalúrgicos passaram a se reunir na Capela do

Oposição Metalúrgica, e que moravam na Zona Leste de São Paulo²⁶. Então nós começamos a nos preparar para ir para Praia Grande. Saímos com um ônibus fretado da Transamazônica, e conseguimos chegar lá em São Paulo. Tudo estava organizado, hospedagem, visitas ao pessoal da Zona Leste, e da Zona Sul de São Paulo, tudo era parte do processo de formação. Antes de ir para o Local da primeira Conferência, Passamos em São Bernardo, no Sindicato dos Metalúrgicos, onde houve um debate prévio sobre a Conferência, e depois fomos para Santos. Na primeira conferência então, eu me tornei conhecido de um grupo importante das lideranças dos operários. No grupo em que eu fiquei, no Conclat, a grande briga era para definir quem ia ser o coordenador do grupo de trabalho, que depois ia relatar no plenário o resultado do grupo de trabalho. Nós passamos uma tarde e outro dia quase até o meio-dia para definir se era eu ou um companheiro de Pernambuco. No final, eu fui eleito. Aí o trabalho de grupo continuou e, tirou um grupo para sistematizar o resultado dos debates, passamos a noite toda, trabalhando até o dia clarear, para terminar o documento; com uma maquininha de datilografia, feito à mão, garimpando tudo que tinha acontecido nos grupos, até chegar num consenso. Quando chega na hora do plenário, um companheiro diz: “Avelino, esta parte aqui você vai omitir, não vai ler”. “Mas por que não?” Eu não tinha consciência... Aí, fui falando, fui lendo, fui explicando e tal, pulei aquela página. Chegou no final, tinha um grupo enorme, que estava com pedras, porque dentro do plenário tinha areia, tinha aquela pedra britada, que estava no espaço lá da colônia de férias, o pessoal todo querendo me matar... Eu não pude mais ir para o plenário daí.

E o que eles suprimiram?

Socorro, na Zona Sul, região de maior concentração da categoria. No dia 30, Santo Dias, como parte do comando de greve, engrossava um piquete na frente da fábrica Sylvânia. Viaturas da PM chegam e, durante tentativa de negociação para operários presos, o Policial Militar Herculano Leonel atirou em Santo Dias pelas costas, chegando morto ao Pronto Socorro de Santo Amaro. No dia 31 de outubro, 30 mil pessoas saíram às ruas da Capital para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário, pelo livre direito de associação sindical e de greve e contra a ditadura. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Dias_da_Silva> Acesso 07 mar. 2008.

²⁶ João Antonio da Silva Filho, (São João do Paraíso/MG, 1960 –), liderança tradicional do PT na Zona Leste de São Paulo, é advogado, e atualmente presidente a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal de São Paulo (CCJLP). Foi eleito vereador em 2000 e reeleito em 2004. No governo da ex-prefeita Marta Suplicy, foi Líder da Bancada do PT e do Governo na Câmara Municipal. Ele é o atual vice-presidente do PT no Estado de São Paulo. Um de seus irmãos, Juscelino, foi também foi vereador na capital paulista entre 1989 e 1992. Cf. <<http://joaoantoniopt.blogspot.com/>> Acesso 07 mar. 2008.

Era uma parte que falava da chegada ao poder. Era uma linguagem muito... acho que era um pessoal ligado ao MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de outubro]. Era uma coisa muito mais radical. Não falava em luta armada, mas que se usaria de todas as ferramentas necessárias e tal, até se fosse necessário o sacrifício das vidas, não sei o que, não sei o que. Era uma coisa... Mas tinha passado no grupo, acho que tinha que ler... [ri] Eu sei que eu fiquei conhecido, me chamaram de tudo... a minha mãe é que sofreu demais lá [risos]. Bom. Terminado esse negócio -, eu sempre gostei muito, também, de falar em público, quando tinha certeza das coisas -, aí começa a se fazer a primeira coordenação do Conclat, e eu fui chamado lá. Imagina, eu morando na Transamazônica, caramba! Eu não conhecia quase ninguém. Como é que eu ia ajudar formar uma chapa nacional? Fomos para trás daqueles banheiros lá, Lula, todo mundo, e eu terminei indicando algumas pessoas. Eu indiquei um cara que ainda é muito importante hoje, um cara do PC do B de Brasília,.. Ele trabalha no Incra. Ele era de Tenente Portela. Eu indiquei e ele entrou na chapa. Beleza. Dois meses depois, teve uma primeira reunião em Brasília; no primeiro problema que teve, ele votou contra a gentem [risos]. O pessoal me pegou assim, disse: “Seu filho da mãe!..” [ri] Digo: “Pô, eu fui na reunião que criou aquele movimento da ANAMPOS [Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais]²⁷ e eu vi esses cara participar. Ia lá, falava bem pra caramba, um cara articulado... Então, vocês que convidaram o cara errado”. Só que naquele momento, ele estava tomando a decisão, e terminou entrando para o PC do B [Partido Comunista do Brasil], e a concepção toda foi de entrar na Conclat, não mais na CUT. Ali começou a se conformar as duas visões [ri]. Essas coisas eu me lembro...

Explica um pouquinho essa divergência entre a Conclat e a CUT.

Bem. Eu não tinha consciência das coisas, mas lembro, perfeitamente, quando comecei no trabalho na Transamazônica, nas primeiras reuniões, mesmo de igreja, foi porrada com o pessoal do Incra. Já chamavam a gente de tudo... Aquilo assustava. Então, logo tivemos que aprender. Quando chegava numa reunião, Antonio Vieira dizia: “Olha, vamos fazer reunião sobre o quê, hoje? Para discutir sindicato?” Então, para a gente ficar seguro... pegava um papel, botava lá como se fosse estudo da Bíblia, do Evangelho, capítulo tal, versículo tal. Essa era a nossa pauta. Porque em 1972, quando nós chegamos no Pará estava em plena Guerrilha do

²⁷

Ver nota à entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

Araguaia²⁸. Então, esse povo do Inca, tinha as tais assistentes sociais, uma turma que dizia: “Olha, pessoal. Vocês são agricultores; mas vocês têm que entender o seguinte, aqui perto de vocês, em Marabá, os maiores ladrões, assaltantes, bandidos do Brasil, fugiram das prisões, e estão todos dentro da mata. E estão enfrentando até o exército armado. Vocês têm que ficar de olho. Se vocês conseguirem ver alguma coisa estranha, corram no Inca. Mas vocês podem também pegar, amarrar, até atirar e matar, que vocês estão fazendo um favor à nação”. Era assim. Catequizado muito fortemente. Lá no começo. Lá na frente, que a gente começa a se abrir politicamente e que vem a descoberta, fecha o quebra-cabeça. Então, quando você me pergunta sobre a Conclat e a CUT, quando a gente se organizou e ganhou o sindicato, o que a gente o que a gente sabia era que ele tinha que ser dirigido pelos próprios trabalhadores, seja ele operário, seja ele funcionário público, seja ele agricultores. Não importava. Para ser autêntico tem que ser de trabalhadores. A gente queria um sindicalismo que fosse *independente* do Estado, seja qual fosse o Estado, independente dos partidos políticos, autônomo do ponto de vista geral. Quando a gente faz o primeiro Conclat, aparecem as grandes divergências. Quando fala liberdade e autonomia sindical, vem um cara lá e diz: “Não, nós temos que defender é a unicidade. Vocês estão defendendo a pluralidade do sindicato; e nós estamos defendendo a unidade”. Aí era uma vala enorme de diferença das coisas...

Da perspectiva que vocês estavam querendo adotar...

É. A segunda questão vem muito da concepção que vê o sindicato como uma correia de transmissão do partido... O partido reúne aqui e define o que é que o sindicalista tem que fazer lá. E eu sempre disse: “Não, senhor. Sindicato é um órgão e eu tenho que definir aqui o que é bom para os trabalhadores, aqui dentro”. O que se definiu nesta reunião, o que se definiu na assembléia é que é meu parâmetro de comportamento. Não é o que se define no PT ou no PC do B. Se o PT definiu a mesma coisa, beleza, mas se não, nós temos divergências, nós vamos brigar. E estava claro, no PC do B, uma linha muito diferente. Depois, vem os vários problemas de ordem política, a conjuntura, a questão tática, o problema mais estratégico de construção da pauta, das negociações, se a negociação é nacional, por categoria, etc. Bom. Em muita coisa a gente se unificava, muita coisa. Agora quando veio a construção da CUT, da Central Única dos

²⁸ A Guerrilha do Araguaia foi um conjunto de ações armadas, desencadeadas pelo PC do B no início da década de 1970. Leva este nome por ter sido organizado as margens do Rio Araguaia, nos estados brasileiros de Goiás (em áreas atualmente pertencentes a Tocantins), Maranhão e Pará.

Trabalhadores, foi-se aproximando a grande divergência. Eu me lembro do famoso artigo 13 do regimento interno, sobre quem é que podia fazer parte do congresso da CUT. O pessoal do sindicalismo, em geral, dizia o seguinte: “Só pode tirar delegado se o sindicato convocar assembléia”. Era certo se todo sindicato tivesse se mobilizado. Mas para a maioria, o sindicato é um negócio, não é um órgão de defesa dos trabalhadores. Então vem, o regimento interno, construiu essa fissura quando aprovou que podia tirar delegados quando não era convocado pela diretoria, podia ser convocação de base para tirar delegado para o congresso da CUT. Quando ficou claro que a composição do congresso ia ter uma maioria, não era muito grande, mas tinha uma maioria de acordo com a visão cutista, e não da reforma, o pessoal²⁹ decidiu o seguinte: “Vamos puxar o carro”. E saíram fora um mês antes, mas se manteve o congresso da CUT. E eles, mais no fim do ano, fizeram o congresso da Conclat. Esse foi um processo importante. Eu, pessoalmente, fui para o congresso da CUT junto com uma delegação grande aqui do estado do Pará, de ônibus, não tinha nenhuma pretensão de ficar na direção. Quando chegou na hora, a nossa base viu que ia ter uma chapa única e não ia ter ninguém do sindicalismo rural, se levantou no plenário! Eu me lembro, Olívio Dutra, Jacob Bittar³⁰, todo esse povo, o Abdias José dos Santos³¹, do Rio... O Lula só estava articulando nos bastidores... E a gente dizia: “Ou entra um agricultor nessa chapa ou o congresso se acaba”. E aí foi aquele Deus-nos-acuda. E eu não tinha como dizer não. Não estava preparado. Imagina, morando na Transamazônica...

Você já tinha um conhecimento grande com essas lideranças?

Não. Só a partir do Conclat de Praia Grande. Tinha essa questão de base, do Vieira e tal, eu tinha a listinha indicativa de quem era quem, mais ou menos... A gente ia, às vezes, a São Paulo, nessa andança, dois, três dias antes, com a turma, para a gente se preparar melhor. No

²⁹ Refere-se às correntes ligadas à Unidade Sindical, como Partido Comunista Brasileiro (PCB), PC do B e MR-8, que, pelos motivos explicados por Avelino, não participaram da fundação da CUT em 1983.

³⁰ Ver nota à entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

³¹ Abdias José dos Santos foi presidente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos (Rio de Janeiro/RJ) de 1965 a 1968 e membro do Conselho Deliberativo da Fafeg (Associações de Favelas do Estado da Guanabara). Posteriormente, tornou-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói/RJ e foi eleito tesoureiro da CUT Nacional quando da fundação da central, em 1983. Atualmente, é presidente da Comissão Municipal de Emprego de São Gonçalo/RJ e Secretário de Finanças do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (Sintap/CUT).

congresso da fundação, a gente ficou um dia inteiro em São Bernardo, preparando como é que a gente ia discutir e tal. Foi muito difícil. Frio, as pessoas, em São Paulo, com um frio do diabo, não é? 28 de agosto de 1983. Um gelo lá em São Paulo. Você ficava em pé só com vinho, quentão e cachaça. Um sofrimento dos diabos. No final, fechamos. Tinha uma divergência, o Olívio Dutra queria eleger uma coordenação, o Jacob Bittar dizia não, tem que ser primeiro a diretoria da CUT, não uma coordenação. Porque Olívio tinha uma análise de que poderia trazer quem estava rachando para ir para o Conclat, que ainda podia se unificar depois. E naquela altura, eu estava junto com o Jacob. Como já tinha convivido bastante, eu tinha certeza que o racha estava dado...

Avelino, você já está falando de 1983. O PT foi fundado em 1980. Em Santarém, vocês criaram o partido também? Disputou a eleição de 1982?

Não. Não, não. Em Belém, sim. Agora em Belém, quem criou o PT, foi uma articulação, um tipo um golpe que o Jader Barbalho queria dar, e puxou para criar o PT. O Jader não aparecia, mas era um grupo ligado a ele. Paulo Rocha, trabalhador gráfico entrou na Executiva do PT. Entrou um outro membro, que, depois, foi para o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], hoje é deputado do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileiro], entraram outras pessoas assim. Quando chegou o processo eleitoral em 1982, o Encontro tirou um candidato para governador, e a Executiva manobrou e botou outra pessoa que não tinha sido indicado pelo Diretório. Isso criou um grande problema. Aí teve uma intervenção do Diretório Nacional. O interventor foi o Geraldo Pastana. Até hoje, têm esses nós, mesmo dentro do campo majoritário do PT aqui. Tem essa diferença histórica. É *legal* vocês ouvirem a versão do Paulo Rocha, quando fizerem a entrevista com ele, explorarem mais isso, porque é um momento muito importante aqui da nossa história³². Em Santarém, nós tínhamos toda essa articulação, nós achávamos que estávamos construindo, efetivamente, o PT, mas nós achávamos que tínhamos que, primeiro, consolidar mais o sindicato. Então, o mesmo grupo, ligado ao Jader, também criou o PT lá. E nós ficamos muito mais naquela luta toda de consolidar o sindicato, fazer todo esse processo. E deu muito trabalho para tirar esse grupo do PT depois, hoje está tudo no PMDB ou no PSDB...

Quem eram essas pessoas? Eram desvinculadas do meio sindical?

³²

Ver à entrevista de Paulo Rocha, neste volume.

Não. Eram ligados ao sindicato dos tecelões de Santarém. O presidente sempre foi um cara mais de direita, mais do PMDB e tal, e resolveu criar o PT lá. Quando a gente viu, estava com comissão provisória, e filiou toda uma turma... E nós estávamos com aquele processo de discutir, para o pessoal entender melhor o que era o partido. Aí eu fui para Minas Gerais, fiquei um tempão por dentro da igreja, rodando, para conhecer o que era mais o PT e tal. Trouxemos um pessoal de lá para cá, o Nilmário Miranda³³... Enquanto isso, tinha esse grupo se consolidando, e a gente sabia que, na verdade, eles não eram PT. Nós estávamos com mais de

³³ Nilmário Miranda (Belo Horizonte/MG, 1947 -). Participou do movimento pelas reformas de base em Teófilo Otoni, onde viveu parte da infância e da juventude e, depois, do movimento estudantil em Belo Horizonte. Militante da Política Operária (POLOP), foi preso político por três anos e meio e teve seus direitos políticos cassados por cinco anos. Ao ser libertado, no final dos anos 70, criou e dirigiu o Jornal dos Bairros. Formou-se em Jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1979, tendo trabalhado como jornalista no Sindicato dos Bancários de Minas Gerais e no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG. Em 1980, fez pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e, em 1982, concluiu, no CIESPAL, do Equador, o curso de especialização em Comunicação Popular. Entre 1983 e 1985, foi chefe de gabinete do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Assumiu a Secretária de Organização, de 1983 a 1985, e posteriormente a Secretário-Geral da seção mineira do PT. Eleito, em 1986, deputado estadual constituinte, foi líder da Bancada do PT em 1989 e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Nessa época, também foi membro da Executiva Estadual e do Diretório Nacional do PT. Em 1990, é eleito pela primeira vez deputado federal, sendo reeleito em 1994 e 1998. Foi vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara e vice-líder do PT em duas ocasiões. Ao lado de outros parlamentares atuantes na área, como o deputado Hélio Bicudo e a deputada Rita Camata, participou de comissões temporárias para investigar temas importantes de direitos humanos, criando condições para que a Câmara dos Deputados instale uma Comissão permanente específica para os Direitos Humanos. No começo dos anos 1990, Nilmário propõe a criação e preside a Comissão Especial Externa sobre os Desaparecidos Políticos, trabalho que culminou na aprovação da Lei 9.140, em 1995, estabelecendo as condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como a indenização financeira a seus familiares. Integrou a Comissão Especial do Ministério da Justiça que analisou os processos sobre os desaparecidos. Por ocasião do 20º aniversário da Lei da Anistia Política, lançou o livro *Dos filhos deste solo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, escrito em parceria com o jornalista Carlos Tibúrcio, que registra a história de cada um dos mortos e desaparecidos políticos que emergiu dos trabalhos da Comissão Especial do Ministério da Justiça. Concorreu ao governo do estado de Minas Gerais pelo PT em 2002 e 2006. De 2003 a 2006, foi o ministro titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Atualmente é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo. Cf. <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nilmario/nilmario_biograf.html> Acesso 07 mar. 2008.

trezentas pessoas preparadas, em núcleos, quando fomos filiar, o cara não aceitou. Precisamos fazer um baita movimento. E quando foi para a convenção, nós ganhamos, porque nós estávamos com o partido muito mais consolidado. Era uma visão de construção. A gente falava em núcleo de base, mas... como trabalhar essa visão? Nunca deu muito certo, não é? Porque, depois, não foi muito bem trabalhado no nível nacional. Hoje, eu vejo o seguinte. Acho que o sindicalismo atravessa uma grande crise, bastante longa. Do ponto de vista das concepções, havia uma grande diferença lá no começo, nos anos 1970, 1980, em relação ao PC do B, ao PCB, aos sindicatos mais de direita. Hoje, no discurso, ainda tem coisas importantes que são divergentes, mas do ponto de vista prático, eu acho que o PT abraçou o sindicato, penetrou e, está arrebatando com os sindicatos, por causa da partidização. Eu me lembro, no primeiro congresso do PT, passamos um dia no debate de qual seria o papel do partido na construção dos sindicatos, na construção dos pilares da democracia. Essa respeitabilidade pelas religiões, pelo processo religioso das populações. O incentivo e a ajuda do partido para que se construam sindicatos efetivamente independentes, como pilares estratégicos e importantes da sociedade. Os partidos políticos também como pilares estratégicos e importantes. E assim, todos os esteios. E respeitar também os sindicatos patronais, assim como o sindicato dos trabalhadores. E esse processo levou hoje, para uma desestruturação dos sindicatos. Não do sindicato em si. Eu acho que ele continua sendo um instrumento importante, estratégico Mas do ponto de vista da sua concepção, da clareza da relação sindicato–partido, sindicato–Estado, sindicato–governo. É preciso que se recomponha. Eu, enquanto cidadão, eu tenho o dever, também, de votar. Agora, dentro do sindicato, nós podemos ter gente de vários partidos diferentes, e haver uma unidade de ação Sindical...

E ter um interesse maior...

E ter um interesse maior, comum, que é o interesse econômico, imediato, dos trabalhadores; e respeito à nossa pluralidade de pensamento. Mas o sindicato tem que ser um instrumento forte. A gente está aqui dentro, está unificado. Se começa uma briga aqui dentro porque você é do PT, e o outro é outra coisa, o sindicato vai para a prática fratricida. Eu acho que, nesse sentido, há uma desestruturação perigosa. E os sindicatos do PT ou hegemônico pelo PT são muito parecidos com os sindicatos do PC do B, com os sindicatos do PCB, os sindicatos mais à direita. E quem é o principal culpado disso? Eu acho que o principal culpado são os partidos políticos e, a experiência mais recente é do Partido dos Trabalhadores, é o meu

partido. O partido precisa olhar para isso profundamente, nesse processo de consolidação da democracia, voltar a fazer esse debate com mais profundidade. Não é uma coisa fácil, porque, quem está no governo ou quem está no poder procura atuar e é um fio de gilete, não é? É um problema de construção, efetivamente, do processo democrático, das instituições serem o esteio da democracia. E os sindicatos - pode estar o meu amigo Lula no governo ou não - se eles têm que dizer não, têm que dizer não. Eles têm que ter coragem... Eles têm que, também, de ter coragem de ir para a frente das massas e dizer sim, esse governo nós precisamos apoiar. Ele não apóia o governo, mas as medidas, o que elas representam. Ou ele vai e combate violentamente o governo, se forem medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores... Mas não são posições partidárias. Eu não sei como é que se reconstrói isso, porque, junto com essas perdas da clareza, dos princípios, há também a grande preocupação com os valores éticos, morais. Porque daqui a pouco as regras não ficam claras. E quando não há regras claras e uma forma clara de ação na sociedade, que ajuda, desde a hora da alfabetização das crianças até a militância, então o cara finge que não vê... não é? Não é simplório como estou dizendo, mas há um processo de promiscuidade, de um comportamento de ir pelo mais fácil. Eu acho que não é o comportamento mais fácil. É a concepção, é o debate que faz a maturação... E foi assim que se construiu o PT. Foi assim que se construiu a CUT. Nada de jogar por debaixo do tapete.

A experiência com o cooperativismo e um balanço sobre os desafios atuais da CUT e do PT

Avelino, nessa relação entre partido e sindicato, vocês têm uma coisa interessante também, que é essa experiência familiar, porque você e Valdir, eu não sei, exatamente, a partir de quando, vocês fizeram uma certa divisão de trabalho, um tomou o rumo partidário, o outro tomou o rumo sindical.

O Valdir sempre foi diferente. O Valdir, se ele tivesse chance, seria um grande jogador de futebol. Eu acho que poderia, pelo que eu conheço. Eu jogava futebol, gostava, mas de um para cem, talvez eu chegasse no dez. O Valdir tinha capacidade, era muito bom. Mas nunca teve chance. Quando ela apareceu, também, a gente tinha medo, na época da Transamazônica. Mas o Valdir então era esse cara. Quando foi para organizar a comunidade, ele custou muito.

Mas depois, quando ele pegou, tocou adiante. Quando foi para disputar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, precisava formar a diretoria. Eu, pessoalmente, achava o seguinte: “Eu quero ficar mais do meu jeito, eu vou entrar mas eu tenho uma capacidade maior de articular o local com o geral. Então eu vou entrar nessa diretoria para já botar um pé dentro da Federação, que é perigosa e, a partir daí, tentar socializar com mais gente a nossa experiência”. O Valdir entrou na Secretaria Geral do Sindicato, em 1980, mas quando nós ganhamos a diretoria do PT, ele já entrou no PT. E em 1986, foi eleito deputado. Ele entrou nessa questão partidária, acabou-se. Valdir, na verdade, nunca fez sindicalismo...

Passou pelo sindicato...

É. E eu fiquei nisso e sempre acreditei que quem faz, efetivamente, a grande transformação da sociedade é a sociedade, é a população; só que ela tem que estar organizada. Seja ele na comunidade de base, seja ele no sindicato, numa cooperativa. E ela tem que ter uma atuação partidária. Agora, qualquer governo, tem que ter esse balanço aqui embaixo, nas raízes da democracia. Eu vejo a conjuntura hoje... Eu não sei se Lula se elege. Se se elege com uma base parlamentar melhor do que agora, eu acho que vai ser um governo extraordinário e vai poder administrar bem esse processo. Se se elege outro governo, que não é do PT, dependendo da base, eu acho que já pode *pipocar*, tanto nesse processo de direita como setores mais de esquerda... Eu acho que a gente vai viver um momento, nos próximos anos, em que ou consolida a democracia ou ela pode entrar no seu grande teste. Aí nós vamos ver o problema que foi, que está sendo esses sindicatos que não têm mais a força para comandar, as centrais sindicais que tu olha assim para a liderança, não sabe se ela está falando do sindicato ou é do partido ou é do governo ou do que é. O Lula, eu sei, é presidente da República. Mas quando fala lá o Paulinho³⁴, é a Força Sindical, ou é o PDT [Partido Democrático Trabalhista], ou é a

³⁴ Paulo Pereira da Silva, também conhecido como Paulinho da Força (Porecatu/PR, 25 de janeiro de 1956 -). É atualmente deputado federal (PDT/SP). Foi candidato a vice-presidente em 2002, na chapa de Ciro Gomes, e a prefeito de São Paulo em 2004. A partir de 1991, foi Secretário-Geral e posteriormente presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em 1994, foi escolhido presidente da central sindical Força Sindical. Cf. <<http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=PAULO+PEREIRA+DA+SILVA&leg=53>> e também <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Pereira_da_Silva>. Acesso em 07 mar. 2008.

oposição? Quando fala o Felício³⁵, fala o quê? Da CUT ou é do PT? Há uma cortina de fumaça. Essa coisa é que me dá medo, do ponto de vista da democracia. A turma está brincando com fogo. Nesse sentido, eu acho que ou o PT desce do pedestal... Seria importante que fizesse algum congresso para avaliar esse processo de novo. Mas que ele não vai poder fazer agora. Vai ter que fazer depois que terminar a eleição. Mas vai ter que voltar a fazer... E alguém vai ter que tirar essa cortina de fumaça. Tem que começar a clarear melhor esse processo.

Essa organização de base forte que vocês construíram lá em Santarém, na região toda lá, como é que está isso hoje? Isso se mantém? Mudou muito?

Não. Ainda é um sindicato importante, o Sindicato do Trabalhadores Rurais de Santarém... Mas o município ficou muito menor. Hoje, de Santarém, já tem Placas, que virou município, Rurópolis é município, Belterra virou município... Então já tem quatro municípios. Não tem uma base do sindicato, mas tem um sindicato forte. O centro do conflito agrário está localizado naquela região oeste do Pará. E aquilo que aconteceu, nos anos 1970, 1980, nessa região sul-sudeste, está voltando com uma violência, hoje, muito forte, porque são madeireiros, são fazendeiros... O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está agüentando uma barra pesadíssima.

Qual é a sua avaliação dessa dessas pessoas como a sua família, da sua geração, que veio do Sul em busca da terra. Essas pessoas conquistaram uma vida melhor? Ou entraram numa situação de proletarização maior?

Não. Com todo sacrifício, com problema de doença, malária, etc., as pessoas foram produzindo e foram se estabelecendo. A questão de fundo disso é o futuro. É o presente, é o futuro. Eu tenho minha irmã, a mais velha, Olívia, que é conhecida como Nena, que está lá em Rurópolis. Os filhos mais velhos casaram, estão lá, outros estão em Santarém. Eu mesmo tenho meu terreno lá mas, na verdade, eu hoje sou agricultor, vivo disso, mas tenho um terreno em que planto frutas, aqui, a trinta quilômetros aqui de Belém, em Benevides. Você tem uma parte dessa população, os mais velhos, que aposentou; tem uma parte das famílias que reproduziram, estão vivendo, desenvolvendo; e tem outra parte, que também vai fazendo a migração para o

³⁵ João Antônio Felício, ex-presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), de 1987 a 1993. Presidiu a CUT Nacional de 2003 a 2003, tornando-se, posteriormente, o secretário-geral da entidade e, atualmente, o seu secretário de relações internacionais.

setor urbano. Os filhos, por ausência de boas escolas na região, têm que sair para estudar e vão ficando. Estuda até o quarto ano primário lá - em alguns lugares tem até o segundo grau -, mas no geral, quando sai da oitava série, já faz um deslocamento da parte agrícola, para morar na parte urbana. Mas acho que as famílias todas que vieram, elas estão entre pobres e medianas, mas eu não acredito que tenha alguém passando fome. Eu acho que hoje, com a urbanização, muita gente vendeu o terreno, os pais vão ficando mais velhos, as estradas, depois de trinta anos, trinta e cinco anos, estão sem asfaltar, as escolas continua ruins, esse é um momento em que há uma certa crise, se está fazendo um grande debate sobre as perspectivas da região.

E politicamente, como é que essas pessoas se posicionam? Elas estão engajadas no sindicato?

A maioria, uma grande parte está engajada no sindicato. Tem uma parte que evoluiu muito, se ser do PT é evoluir, não é? Bom. Isso só a História vai dizer, só a História vai, de fato, comprovar. Eu acho que é uma evolução, mas o PT hoje começa a reproduzir valores de dominação, também, complicados. Mas sempre foi um processo de evolução de direitos. Dentro do PT, sempre se discutiram direitos, defenderam direitos. Então essas pessoas, na sua grande maioria, migraram, vieram para o campo do PT, para o campo democrático popular. O PT tem a prefeitura de Belterra e a de Santarém. Eu acho que está fazendo uma experiência nova ali. Que é um pouco esse fruto histórico que foi acumulando, ganhando, perdendo...

Você estava falando antes do problema das madeiras e de como é que os sindicatos estavam agüentando essa pressão...

Então. Esse enfrentamento com madeiras vem com violência, muitas ameaças, tem assassinatos, tem gente que não está agüentando. É importante que o governo Lula está entrando com uma série de marcos regulatórios. Muito importante. Criando áreas de reserva extrativistas, demarcando terras indígenas que não estão completamente feitas. Tem ainda um problema fundiário enorme, que tem que discutir. Mas a presença do Estado, acho, a partir da metade do ano passado, de 2005 para 2006, melhorou. Quer dizer, com a Polícia Federal, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente)³⁶ com um pouco mais de gente, a política

³⁶ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é uma autarquia federal criada pela Lei 7735/89, de 22 de fevereiro de 1989 e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) sendo o responsável pela execução da

federal apoiando as ações mais justas. Tem problemas, também, de toda ordem... Mas a gente sente que começa a ter um marco regulatório. O problema é que a Amazônia não é vista no contexto de um projeto nacional. É preciso que se inclua de uma vez por todas. A Amazônia é dois terços do território brasileiro. Tudo é muito substantivo: é a maior floresta, a maior biodiversidade. É verdade. As águas... Só que... parece que o Brasil é do centro-sul para lá. Amazônia não é Brasil. E se a gente quiser ter um país forte, integrado, tem que integrar a Amazônia no projeto. Tem que trabalhar desigualmente as regiões desiguais, na hora do orçamento e na hora de discutir essas questões nacionais. Hoje, eu sou presidente de uma cooperativa, Cooperativa Agroextrativista Familiar do Pará, tendo duas mil e trezentas famílias associadas. Nós trabalhamos em trinta e três municípios. Para chegar a consolidar o nosso projeto, nós vamos precisar no mínimo, quatro mil famílias, quer dizer, vai ter umas vinte mil pessoas vivendo diretamente deste projeto chamado Central de Cooperativa Nova Amafrutas. Nós temos uma indústria de produção de sucos tropicais: maracujá, laranja, açaí, acerola e devemos entrar com outros sucos. Mas na hora que eu preciso de apoio, para definir qual é a praga, que doença que está acontecendo, qual é a tecnologia que tem que ser aplicada aqui na Amazônia, você não tem. A tecnologia e a pesquisa é gerada do Tocantins para lá, basicamente, de Brasília para lá. A Amazônia é um outro mundo. O Brasil precisa compreender que é um outro mundo, uma outra realidade; a tecnologia gerada em São Paulo não serve para a Amazônia. Ou, se serve, é só uma parte. A outra parte não. Aqui é um outro mundo: o clima, o solo, tudo. Então nós estamos fazendo esse processo aqui...

E como é que funciona essa cooperativa?

Hoje, são duas mil e trezentas famílias, mas na verdade é uma central de cooperativas. A Coopaexpa, de que eu sou presidente, é uma cooperativa, tem a CAMP - Cooperativa Mista de Produtores, é outra cooperativa de médios produtores, uns quarenta associados, e tem os trabalhadores da indústria, que é a COOPAGRI, são os trabalhadores da indústria. Então os três, nós formamos uma central de cooperativas, que é uma cooperativa de segundo grau, que é dona da indústria, que é a maior indústria de sucos tropicais da Amazônia. Claro que nós não podemos concorrer com a CUTRALE³⁷ de São Paulo, não é? Mas nós somos uma cooperativa

Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Cf. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/IBAMA>> Acesso 07 mar. 2008.

³⁷ Refere-se à empresa paulista que é uma das maiores produtoras mundiais de suco de laranja.

grande, uma indústria grande. No início de agosto, nós vamos inaugurar uma outra indústria grande, importante, na área das espécies oleaginosas. É uma parceria, onde a Natura está fazendo uma aplicação de quatorze milhões de reais. E nós vamos produzir, no começo, o nudo, que é o macarrão feito de óleos vegetais, que vai ser levado daqui para São Paulo. Estamos definindo a tecnologia, a estratégia, onde vão ser as indústrias, para fazer a extração dos óleos das espécies oleaginosas da Amazônia...

E os produtores que fornecem as frutas?

São sócios, na sua grande maioria são associados da COOPAEXPA. Todos pequenos produtores. Os da CAMP são quarenta, que são médios e grandes produtores da região. Cada setor tem a sua cooperativa, para não haver conflitos de interesse. A CAMP também já teve agricultores familiares nela. No ano passado, fizemos um grande debate e se decidiu tirar o conflito de dentro da cooperativa, então ficaram todos os agricultores familiares para cá e os médios e atravessadores para a CAMP...

E desde quando você está envolvido com a cooperativa e esses projetos de produção de sucos?

Em 1999, nós combinamos fazer um grande debate no interior da CUT. Já se tinha concluído todas as análises dessa questão, se ia ter desemprego estrutural, se não ia ter desemprego estrutural, qual era o papel do sindicato em trabalhar com setores excluídos do emprego formal. Houve muita divergência no interior da CUT. Então nós decidimos realizar em dezembro de 1999 uma grande conferência internacional, que foi a primeira conferência internacional para discutir economia solidária na CUT. E se chamou experiências de extrativismo, cooperativismo de muitos lugares da América Latina, da Europa, da Ásia. Foi um encontro muito produtivo. No fim, se decidiu que a CUT criaria a chamada ADS, Agência de Desenvolvimento Solidário, que seria o instrumento da central sindical para orientar os sindicatos no trabalho com esses setores excluídos, para ajudar a desenvolver esse processo criativo, o empreendedorismo, para que, à medida que o pessoal vai se organizando, ele possa ter o sindicato como uma referência e volte a se filiar no sindicato, se organizar no sindicato e tal. Eu, pessoalmente, naquela altura, já estava aqui. Eu saí da direção da CUT em 1994, fui ser o vice-presidente da Contag, fazer política de relações internacionais, e depois eu vim embora. O meu sonho era voltar para a roça, então eu vim para cá. Eu aprendi um monte de coisa, então eu precisava voltar para o meu lugar de origem e tentar implementar aquilo que eu

aprendi. Foi a partir dessa idéia e dessa construção da CUT que a gente voltou para cá e começou a organizar várias experiências. Uma delas foi ajudar a construção da Central de Cooperativas Nova Amafrutas. Com apoio da ADS, que deu apoio para organizar e criar a Coopaexpa - Cooperativa da Produção Agroextrativista Familiar do Pará, a cooperativa de que hoje eu sou presidente.

Isso tem a ver, Avelino, com aquela discussão, ainda nos anos 90, de que o sindicalismo implementado pela CUT, e de uma maneira geral o sindicalismo urbano, era inadequado, não atendia plenamente as demandas ou as características dos trabalhadores rurais³⁸?

Dentro da CUT, entre os funcionários públicos, ou os trabalhadores das estatais, e os trabalhadores de empresas privadas, já tem uma diferença. Quando pega os trabalhadores rurais e os agricultores familiares, aí é um outro mundo. Não basta boa vontade, precisava ter uma forma específica de organização. Agora quando, mesmo o trabalhador da estatal, ou o funcionário público ou o da empresa privada, e ele é demitido, fica desempregado, o que é que faz com esse desempregado? Aí é que os sindicatos não dialogam mesmo com esse setor. Não dialogam com os rurais, não dialogam com desempregado. Foi aí que a gente, então, discuti que devia criar a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), para começar, de certa forma, uma experiência, para acumular um conhecimento, para poder ver se virava ou não política para o interior da Central, para construir o chamado sindicato cidadão. Porque o sindicato, ele tem que reivindicar, mas ele também de passar de ser só reivindicativo para ser propositivo, tem que, também, ter uma capacidade de olhar para os setores excluídos... É pena que hoje eu vejo que a ADS está nos seus dias contados. Parece que a CUT está eliminando a ADS, não sei por que.

A CUT não está vendo com bons olhos essa experiência?

³⁸ Alguns dos principais textos sobre este debate foram publicados na revista *Teoria e Debate*. Cf. GANZER, Avelino. “Trabalhadores: A experiência e as propostas táticas para a explosiva questão agrária”. *Teoria e Debate*, nº 02, mar. 1988 em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=243>> e também VENCESLAU, Paulo de Tarso. “Trabalhadores: Sindicalismo Rural - Limpar o Terreno”. *Teoria e Debate*, nº 06, abr_mai_jun. 1989 em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=486>> Acesso em 6 mar. 2008.

Eu não sei. Eu estou afastado da direção da CUT já quase dez anos, não consigo mais ver direito. Na medida que se constrói, os dirigentes vão atuar em outras áreas, e eu tenho medo que abandonem esses setores excluídos aqui embaixo. Precisava ter um estudo mais profundo sobre isso. Bom. Eu acredito que a economia solidária tem que disputar mercado local, mercado nacional, mercado globalizado, fazendo parcerias com outros setores. Então, por exemplo, nós organizamos uma cooperativa, mas, se tem outra, e outra, e outra, daqui a pouco a gente tem marcas e está disputando mercado. E hoje nós estamos apostando numa experiência da cooperativa fazendo parceria com empresa privada, tentando construir canais, processos para disputar mercado globalizado. E mantendo os três pontos centrais do equilíbrio, o econômico, o social e o ambiental. É esse o desafio.

E dentro desse processo de abrir espaço para repensar esses outros grupos, seja no campo, sejam os excluídos do mercado de trabalho, como é que você vê a posição do MST?

Olha, dediquei muito tempo da minha vida a apoiar a posição do MST, e acredito que é um movimento muito importante, que, na medida que cresceu, tem muitas divergências dentro dele. Mas eu acho que o grande erro do movimento foi quando ele começou achar que era o centro, que só ele que é o certo, o resto tudo está errado. E começa a falar que os sindicatos não tinham mais papel na sociedade e tinha que usar o sindicato como usava uma laranja, tirar sempre o que tem de bom, depois joga o bagaço fora. Então, na medida em que começa a ter um grupo de lideranças com essa visão, que eu não acredito que seja total, mas é a hegemônica, eles vão caminhando um pouco mais para o isolamento, porque ninguém gosta. Gosta de construir parcerias. Mas ser usado ninguém quer. Não pode. E começaram a usar. Usa a igreja, usa isso, usa aquilo, tudo como instrumento e tal. Então eu sinto que, hoje, o movimento cresceu bastante, acho que já cumpriu um papel muito importante, está na hora deles reverem isso. Eu não sei se continua cabendo na sociedade um tipo de movimento como esse, dessa forma. Acho que foi mais para o lado político do que de fato para a visão da reforma agrária.

Eu queria te perguntar ainda, sobre a sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)³⁹.

³⁹ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão vinculado à Presidência da República, foi criado pela Lei nº 10.683, em 28 de maio de 2003, com o objetivo de cumprir o papel de articulador entre governo e sociedade, para viabilização do processo de diálogo social para o desenvolvimento. Cf.

Eu sou um dos membros. Represento a economia solidária. Eu estou há mais ou menos um ano só, não entrei desde o começo. Eu acho que é uma comissão muito importante, sim, porque tem visões muito diferentes da sociedade, interesses diferentes. E, no geral, a sociedade, ela partidariza, como se fossem religiões. Se está em disputa, não pode mais sentar à mesa para ver o que é que pode somar. Parece que todo o tempo, tem que estar com a metralhadora armada, cheia de balas. E no conselho, você vê que tem diferenças muito grandes, mas têm coisas para serem construídas conjuntamente, e que são possíveis. Hoje de manhã, por exemplo, teve uma reunião do Conselho da Região Norte. O último. Teve nas outras regiões todas. Fizemos essa grande reunião aqui, tinha empresários, da área da construção, deputados, senadores, trabalhadores. Mas tu vê que começam a se construir convergências ou visões majoritárias. Acho que esse foi o grande salto, foi o Lula ter construído esse conselho, pelo aprendizado entre os diferentes. Não é que tenha grandes vantagens. Mas, agora, por exemplo, o conselho vai se reunir no Rio de Janeiro, dias 28 e 29, e nós vamos oferecer, propostas para qualquer candidato a presidente da República, linhas, diretrizes, que foram consenso... E nós estamos buscando desafiar eles. Por exemplo: é possível manter uma inflação de no máximo cinco por cento e um crescimento de quatro ou cinco por cento ao ano. Se todos os setores da sociedade são capazes de formar um pacto em torno disso, qualquer governo que entrar, se firmar em torno disso... Eu acho que essa é a grande coisa que nós podemos oferecer... Eu acho que esse é o ganho do conselho. É um aprendizado, acho, no início do século XXI, que eu, com toda a diferença e a disputa que eu tenho com Antonio Ermírio de Moraes⁴⁰, seja capaz de, no momento que eu estou lá, dizer: “Olha, neste ponto nós estamos de acordo”.

<http://www.cdes.gov.br/exec/notainformativa/exibe_notainformativa.php?p=f01200e46c415fdb55c5f939e745ed652ad506> Acesso 07 mar. 2008.

⁴⁰ Antônio Ermírio de Moraes (São Paulo/SP, 4 de junho de 1928 -), presidente e membro do conselho de administração do Grupo Votorantim, fundado por seu avô, Antonio Pereira Inácio, organização empresarial com mais de 30 mil funcionários que atua nas áreas de cimento, celulose, papel, alumínio, zinco, níquel, aços longos, filmes de polipropileno biorientado, especialidades químicas e suco de laranja, além de possuir um banco próprio. Foi candidato ao governo do Estado de São Paulo em 1986 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ficando em segundo lugar. A fortuna pessoal do empresário é estimada em US\$ 10 bilhões, o que o torna uma das pessoas mais ricas do mundo. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Erm%C3%ADrio_de_Moraes> Acesso 07 mar. 2008.

Mas os pontos de consenso das seis cartas de concertação são muito gerais...

É, são gerais. Mas o que eu estou dizendo é o seguinte: no começo, no começo, foi tão difícil, nas primeiras reuniões, ou a gente se calava ou a gente não conseguia falar. Hoje, não. Hoje, o cara diverge, bate pesado de frente e diz. Na época do escândalo, batiam pesado no Lula, não importa. É de forma respeitosa. E é essa coisa que eu disse, uma experiência e um aprendizado da convivência dos diferentes. E nesse processo, é claro que foi genérico, mas nós conseguimos chegar a esse esforço das seis cartas de concertação, de outros acordos... E, agora, a Fundação Getúlio Vargas foi convocada. Eu mesmo fiz uma proposta hoje, da necessidade de criar um centro - a expressão talvez não seja a melhor - de inteligência na Amazônia, se nós queremos inserir a Amazônia no processo nacional. Seria a partir dos órgãos federais que têm aqui, para que se possa trazer, por exemplo, cabeças, cérebros, para atuarem aqui, ou outros setores. Se nós temos um grande desafio na fruticultura, que eles viessem ajudar na solução para a fruticultura *da Amazônia*. Se nós temos um processo industrial de complexa solução, que tivesse as pesquisas e, os desenvolvimentos necessários com acúmulos para a Amazônia. Na área do açaí ou na área de qualquer tipo, que esse centro de inteligência ajude a resolver esse problema. O problema das águas daqui da Amazônia, esse centro de inteligência poderia ajudar. Então, é nesse sentido que eu estou fazendo a defesa no conselho. Não é a salvação. Eu tenho mais duas reuniões do conselho e nós vamos poder fechar alguns acordos, para dizer o seguinte: se o Lula quiser pegar como plataforma do seu governo. Caso o Alckmin quiser defender com sua plataforma que o faça, ou qualquer um pode pegar... O sonho, ao menos eu trabalho por isso, e alguns empresários bem intencionados também, é que possa ter uma concertação nacional em torno de um, dois, três pontos... Essa é a aposta. Porque o conselho é para aconselhar o governo.

Você participou das Caravanas da Cidadania⁴¹ com o Lula. Queria que você falasse um pouco dessa experiência.

É. Eu participei de uma caravana do Acre até o Mato Grosso. Não acompanhei a caravana das águas. Na hora de começar, eu estava com algum problema de saúde. Ah! Mas as caravanas, sempre foram uma coisa muito importante para o aprendizado, que enriqueceram as pessoas

⁴¹ Refere-se ao conjunto de caravanas realizadas Lula a partir de abril de 1993, percorrendo em diferentes roteiros, um total de 30 mil quilômetros, especialmente nas regiões do país marcadas pela existência de grandes bolsões de miséria e abandono.

que participaram delas, do ponto de vista pessoal, e enriqueceram também, minimamente, os setores locais. Precisava ver o que é que foi registrado, os documentos todos que foram recolhidos. Precisava, agora, depois de quatro anos de governo, recuperar esse material de vídeo, as fotografias... E nesse esforço de pensar, repensar o Brasil para os próximos trinta anos, que está todo mundo discutindo, talvez refazer algumas caravanas dessa natureza. Não com caráter eleitoral mas com caráter de afirmação do projeto nacional mesmo. Principalmente para a Amazônia. Eu me preocupo demais é com como é que você vai fazer para o Centro-Sul do Brasil entender a Amazônia. Eu não sei. Eu não sei. Os meios de comunicação são todos muito centralizados em São Paulo, no Rio, e o pessoal não tem essa visão. Mas eu acho que as caravanas foram algo importante, porque elas debatiam, conversavam, nas viagens, o tempo todo estava presente a formulação do que fazer, como fazer. O problema é que a conjuntura, do ponto de vista político, muda rápido. E está precisando fazer um comparativo. E recriar novas formas desse tipo de mobilização.

Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Tem mais um milhão de coisas que eu gostaria de lembrar, de convivência no interior da CUT... Queria que um dia alguém pudesse fazer um quadro de onde estão, o que é que estão fazendo os militantes que passaram pela CUT. No governo Lula, muita gente passou a ocupar cargos importantíssimos. Eu achei que meu papel não era nessa linha de ocupar cargos, era de dar sustentação. Eu acho que eu tenho capacidade de ocupar qualquer cargo, pela minha experiência, eu tenho muita visão internacional, visão nacional. Agora, você vê um governo com uma formação muito sulista, com muito paulista e muita gente do Rio Grande do Sul... São processos complexos, difíceis. A mudança efetiva, a transformação real da sociedade, não é muito fácil fazer... Eu acho que é um direito das pessoas, quando assumem esses espaços, acumular, ter salários justos, mas eu acho que não se pode abrir mão daquilo que se pensa e das gerações futuras que vêm atrás. Não da sua família, do seu pequeno grupo, mas da sociedade. O meu medo é que as pessoas, apesar de muito boas, de dedicadas, de trabalharem, pouco a pouco se acomodem nos processos, e daqui a pouco a gente elabora uma outra teoria... E aí todo aquele sonho, aquela grande transformação...

Se perde...

A radicalização, no sentido de ir ao princípio, levar o que a gente quer à profundidade, para fazer a transformação... Não do ponto de vista da luta armada, porque eu não acredito que se

pode fazer a mudança pela forma violenta. Mas eu acredito no seguinte. Você tem que ser radical do ponto de vista do princípio, do ponto de vista da ética, do ponto de vista dos conceitos, ter uma vigilância e não se deixar envolver ou ficar com essa barbaridade de um discurso para fora e outro para dentro. Isso a médio e longo prazo, vai ferindo, vai cavando buracos e vai enterrando os projetos. Também não acredito que a saída, hoje, no Brasil, seja por fora do PT. Acho que é por dentro. Acho que um dia a história vai poder contar sobre esses processos. Eu acho que as pessoas têm que ocupar os postos de governo. O que eu estou falando não é de renunciar aos postos de governo; é como fazer disso uma mudança...

Avelino, agradecemos muito pelo seu depoimento.